

## Tradução

**GARFINKEL, H. Estudos dos fundamentos rotineiros das atividades cotidianas. In: \_\_\_\_\_. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1996 [1967]. Cap. 2. p. 35-75.**

### CRÉDITOS DA TRADUÇÃO

A primeira tradução foi feita por Aduino Vilella, e o estabelecimento do texto final, pelos professores Dr. Paulo Cortes Gago (Departamento de Linguística) e Dr. Raul Francisco Magalhães (Departamento de Ciências Sociais), da Universidade Federal de Juiz de Fora.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos à prof<sup>a</sup> Dra. Anne W. Rawls da Bentley University que gentilmente permitiu a publicação sem custos do presente capítulo e ao prof. Dr. Frédéric Vandenberghe do IESP/ UERJ que mediou essa solicitação. Agradecemos especialmente à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF, representada à época pela prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Lobo Name, por ter-nos disponibilizado os recursos públicos necessários para viabilizar a tradução. Pela mesma razão cabe-nos agradecer ao prof. Jessé Souza que fomentou parte desse projeto com recursos do Pronex-FAPEMIG. Agradecemos também ao Prof. Dr. Berthold Öelze, da Universidade de Passau (Alemanha), como um dos incentivadores iniciais do projeto de traduzir para o Português textos essenciais em Etnometodologia por ocasião de sua visita à UFJF, como professor visitante do Departamento de Ciências Sociais, em 2008. Agradecemos por fim à prof<sup>a</sup>. Marcella Beraldo, editora da Teoria & Cultura, que acolheu com entusiasmo a idéia de publicar esta tradução.

### APRESENTAÇÃO DA TRADUÇÃO<sup>1</sup>

Dando continuidade a um trabalho iniciado no número anterior da Teoria e Cultura, apresentamos o segundo capítulo do livro *Studies in Ethnomethodology* (Estudos de Etnometodologia), intitulado **Estudos**

**dos fundamentos rotineiros das atividades cotidianas**, do sociólogo Harlod Garfinkel (1917-2011) e publicado pela primeira vez em 1967.

Como o nome do livro de Garfinkel deixa muito claro, os capítulos são “estudos”, investigações de caráter exploratório, nos quais ele tentava estabelecer o ponto mais persistente de sua trajetória intelectual: tornar um fenômeno problemático para a sociologia a simples realização cotidiana da vida em sociedade, no que ela tem de mais óbvio e, paradoxalmente, de mais oculto à reflexão dos cientistas sociais. O simples fato de as pessoas se cumprimentarem, seguirem regras de trânsito, ou confiarem em uma instrução dada por um professor implica estruturas de ação que são postas em movimento, sem que ninguém se dê conta de sua complexidade e da suposição de que tais regras estão igualmente operantes nas mentes e corpos dos outros. Se essas idéias nos parecem normais dentro do escopo geral de certa teoria social contemporânea, não se pode dizer o mesmo ao final dos anos 1960, quando Garfinkel desafiava o pensamento sistêmico dominante na sociologia, aquele que partia do pressuposto de que os indivíduos agem por regras que são internalizadas, indicando que a aplicação das regras sociais, embora elas tenham caráter imperativo para as pessoas, depende de avaliações contextuais que ocorrem todo o tempo na vida cotidiana.

Nesse capítulo, o leitor tomará contato com os nada ortodoxos, ou previsíveis, métodos de investigação experimentais de Garfinkel, alguns dos quais hoje em dia provavelmente sequer seriam aprovados em um conselho de ética, submetendo estudantes e seus familiares a interações que, ao quebrarem as expectativas da vida normal, geravam ansiedade, medo, raiva, perplexidade e outros sentimentos que indicam o quão importante é para alguém pressupor ininterruptamente que o mundo está em ordem,

mesmo que isso não seja uma atitude razoável, se olhada pelo prisma da mais estrita racionalidade. É nesse capítulo que Garfinkel forjará a idéia de que a sociologia que imagina os membros da sociedade como simples aplicadores de regras sociais, sem qualquer capacidade de sua manipulação contextual, toma seus membros como portadores de um tipo de idiotia do juízo, que ele chamou de “judgmental dope”, que traduzimos como *peessoa de juízo sedado*. Para mostrar como somos capazes, tanto de operar de boa fé, como, por exemplo, agindo de juízo sedado e, pressupondo que todos os outros membros do mundo também agem assim, e, no instante seguinte, entendermos que podemos agir variando as regras e administrado suas consequências, Garfinkel monta um elenco de experiências inusitadas, das quais emerge o verdadeiro homem comum: um ser dotado de mecanismos reflexivos, que vão do gesto automático ao entendimento, sempre contextual, de que não é o caso seguir uma regra naquele instante preciso. O capítulo desvela talvez a primeira metodologia da etnometodologia, é cheio de reentrâncias e permite, como todo grande texto, interpretações criativas, por quem se dedica a lidar com suas proposições, quase sempre escritas de forma complicada, que procuramos tornar mais acessíveis. Boa leitura!

Paulo Cortes Gago e  
Raul Francisco Magalhães

## CAPÍTULO 2: ESTUDOS DOS FUNDAMENTOS ROTINEIROS DAS ATIVIDADES COTIDIANAS

### O problema

Para Kant, a ordem moral “interior” era um impressionante mistério; para os sociólogos, a ordem moral “exterior” é um mistério técnico. Do ponto de vista da teoria sociológica, a ordem moral consiste nas atividades cotidianas regidas por regras. Os membros de uma sociedade encontram e conhecem a ordem moral como cursos de ação percebidos como

normais – cenas familiares de afazeres cotidianos, o mundo da vida cotidiana, conhecido junto com os outros e com eles tomado como dado.

Eles se referem a este mundo como “os fatos naturais da vida”, os quais, para os membros, são, do princípio ao fim, os fatos morais da vida. Para os membros, não só é assim para as cenas familiares, mas é assim porque é moralmente certo ou errado que eles sejam assim. As cenas familiares das atividades cotidianas, tratadas pelos membros como “fatos naturais da vida” são uma massa de fatos da existência diária dos membros, tanto como um mundo real, quanto como um produto de atividades em um mundo real. Elas fornecem o “remendo”, o “é isso” através dos quais se retorna ao estado de vigília, e elas são o ponto de partida e de retorno para cada modificação do mundo da vida cotidiana, que é realizado no jogo, no sonho, no transe, no teatro, na teorização científica ou em grandes cerimônias.

Em cada disciplina, humanística ou científica, o mundo familiar do senso comum da vida cotidiana é uma questão de interesse contínuo. Nas ciências sociais e na sociologia, especialmente, é um objeto de preocupação essencial. Esse mundo constitui o objeto problemático da sociologia, ele entra na própria constituição da atitude sociológica e exerce uma estranha e obstinada soberania sobre as reivindicações dos sociólogos de explicá-lo adequadamente.

Apesar da centralidade desse tópico, a imensa literatura contém poucos dados e poucos métodos através dos quais as características essenciais das “cenas familiares” socialmente reconhecidas podem ser detectadas e relacionadas a dimensões da organização social. Embora os sociólogos tomem cenas estruturadas da vida cotidiana como ponto de partida, eles raramente vêem<sup>2</sup>, como tarefa de investigação sociológica em si, a questão geral de como é possível um tal mundo

de senso comum. Ao invés disso, a possibilidade do mundo cotidiano, ou é estabelecida por representação teórica, ou meramente assumida. Como tópico e base metodológica para investigações sociológicas, a definição do mundo de senso comum da vida cotidiana tem sido negligenciada, apesar de ser um projeto apropriado para a investigação sociológica. Meus propósitos, neste artigo, são demonstrar a relevância essencial, para as investigações sociológicas, do interesse pelas atividades de senso comum como tópico de estudo em si, e, ao relatar uma série de estudos, conclamar sua “redescoberta”.

### **Tornando visíveis as cenas comuns**

Para relatarmos as características estáveis das atividades cotidianas, é comum os sociólogos selecionarem cenários familiares, tais como casas de família ou locais de trabalho, e indicarem as variáveis que contribuem para suas características estáveis. Assim como de costume, um conjunto de considerações não é examinado: as características contextuais socialmente padronizadas e padronizantes, “vistas mas não notadas”, esperadas das cenas cotidianas. O membro da sociedade usa as expectativas contextuais como esquema de interpretação. Ao usá-las, as aparências reais são reconhecidas e entendidas por eles como sendo aparências-de-eventos-familiares. É possível demonstrar que o membro responde a esse contexto, mas, ao mesmo tempo, não consegue dizer especificamente em que consistem essas expectativas. Quando o perguntamos sobre elas, ele tem pouco ou nada a dizer.

Para que essas expectativas contextuais se tornem visíveis, é necessário, ou estranhar o caráter de “vida normal” das cenas cotidianas, ou tornar-se estranho a essas cenas. Como Alfred Schutz mostrou, é necessário que haja um “motivo especial” para fazê-las se tornarem problemáticas. No caso dos sociólogos, esse “motivo especial” consiste na tarefa programática de se tratar como questão de interesse teórico as

circunstâncias práticas de um membro da sociedade, o que inclui o caráter moralmente necessário, do ponto de vista do membro, de muitas das características contextuais dessas circunstâncias. Os contextos vistos mas não notados das atividades cotidianas são tornados visíveis e descritos a partir de uma perspectiva, em que as pessoas vivem as vidas que vivem, têm os filhos que têm, sentem os seus sentimentos, pensam os seus pensamentos, iniciam as relações que iniciam, tudo de modo a permitir que o sociólogo solucione seus problemas teóricos.

Praticamente sozinho entre os teóricos da sociologia, o último Alfred Schutz, em uma série de estudos clássicos<sup>3</sup> da fenomenologia constitutiva do mundo da vida cotidiana, descreveu muitas dessas expectativas contextuais vistas mas não notadas. Ele as chamou de a “atitude da vida cotidiana”. Ele se referia aos seus atributos cênicos, como o “mundo percebido em comum e tomado como dado”. O trabalho fundamental de Schutz nos possibilita avançar mais nas tarefas de esclarecer sua natureza e seu modo de operação, de relacioná-las aos processos envolvidos nas ações concertadas e de atribuir-lhes o lugar em uma sociedade empiricamente imaginável.

Os estudos relatados neste artigo tentam detectar algumas expectativas que dão às cenas comuns seu caráter familiar, de vida-como-de-costume, e também tentam relacioná-las às estruturas sociais estáveis das atividades cotidianas. Quanto aos procedimentos, prefiro começar com cenas familiares e perguntar o que pode ser feito para lhes causar perturbação. As operações que uma pessoa teria de executar para multiplicar as características sem sentido dos ambientes percebidos; para produzir e manter um estado de perplexidade, consternação e confusão; para produzir os afetos socialmente estruturados de ansiedade, vergonha, culpa e indignação; e para produzir uma interação desorganizada devem nos

dizer algo sobre como as estruturas das atividades cotidianas são normalmente e rotineiramente produzidas e mantidas<sup>4</sup>.

Deixo aqui um alerta. Apesar de sua ênfase em procedimentos, meus estudos não são, propriamente falando, experimentais. São demonstrações, criadas, nas palavras de Herbert Spiegelberg, como “apoio para a

Pediu-se que alunos relatassem conversas comuns, escrevendo do lado esquerdo de uma folha aquilo que as partes realmente falaram e do lado direito aquilo que eles e os seus interlocutores entenderam sobre o que eles estavam dizendo. Um aluno relatou a seguinte conversa entre ele e a esposa.

MARIDO	Dana conseguiu pôr uma moeda no parquímetro hoje sem precisar ser levantado.	Esta tarde, ao trazer Dana, nosso filho de quatro anos, da creche para casa, ele conseguiu alcançar alto o suficiente para pôr uma moedinha dentro de um parquímetro, quando estacionamos em uma zona de parquímetros, enquanto que antes ele sempre tinha que ser levantado para conseguir alcançar aquela altura.
ESPOSA	Você o levou à loja de discos?	Já que ele pôs um centavo no parquímetro, isso quer dizer que você parou enquanto ele estava com você. Eu sei que você parou na loja de discos no caminho de ida para a creche ou no caminho de volta. Foi no caminho de volta, de forma que ele estava com você, ou você parou lá a caminho da creche e em outro lugar no caminho de volta?
MARIDO	Não. Ao sapateiro.	Não. Parei na loja de discos a caminho da creche e parei no sapateiro a caminho de casa, quando ele estava comigo.
ESPOSA	Para quê?	Conheço uma razão pela qual você poderia ter parado no sapateiro. Qual foi o motivo, de fato?
MARIDO	Comprei cadarços novos para os meus sapatos.	Como você deve lembrar, eu arrebentei um dos cadarços dos meus sapatos marrons o outro dia, então eu parei lá para comprar cadarços novos.
ESPOSA	Seus mocassins precisam de saltos novos urgentemente.	Pensei em outra coisa que você poderia ter feito lá. Poderia ter levado seus mocassins pretos que precisam urgentemente de novos saltos. É melhor cuidar logo disso.

imaginação preguiçosa”. Tenho constatado que eles produzem reflexos através dos quais a estranheza de um mundo obstinadamente familiar pode ser detectada.

### **Algumas características essenciais dos entendimentos comuns**

Várias considerações indicam ser impossível que os entendimentos comuns sejam uma quantidade definida de concordância compartilhada entre pessoas sobre certos tópicos. Mesmo se os tópicos forem limitados em número e extensão e for perdoada cada dificuldade prática de avaliação, a noção de que estamos lidando com uma certa quantidade de concordância compartilhada permanece essencialmente incorreta. Isso pode ser demonstrado da seguinte forma.

Um exame do diálogo revela o seguinte: (a) houve muitas questões, sobre as quais os interlocutores entenderam o que estavam falando, mas que não chegaram a mencionar; (b) muitas questões entendidas pelos interlocutores foram entendidas com base, não só naquilo que foi realmente dito, mas também naquilo que se deixou de dizer; (c) muitas questões foram entendidas por meio de um processo de se tratar a série temporal de elocuições como evidências documentais de uma conversa em desenvolvimento, ao invés de uma seqüência de termos; (d) questões que ambos entenderam em comum só foram entendidas dentro de e através de um fluxo de tentativas de entendimento, que consistia em tratar um evento lingüístico real como o “documento de”, como “apontando para”, como representando um

padrão subjacente de questões que cada um dos interlocutores já havia suposto serem as questões sobre as quais a outra pessoa, pelo que havia dito, poderia estar falando. O padrão subjacente não só foi derivado de um fluxo de evidências documentárias individuais, mas as evidências documentárias, por sua vez, foram interpretadas com base “naquilo que era conhecido” e antecipadamente conhecível sobre os padrões subjacentes<sup>5</sup>. Um foi usado para elaborar o outro; (e) ao tratar as elocuições como eventos-na-conversa, cada parte fez referências à biografia e perspectivas da interação atual, os quais cada um usou e atribuiu ao outro como um esquema em comum de interpretação e expressão; (f) cada um esperava que algo a mais fosse dito, para que pudessem escutar o que havia sido conversado anteriormente, e cada um parecia disposto a esperar.

Os entendimentos comuns consistiriam em uma quantidade definida de concordância compartilhada, se os entendimentos comuns consistissem em eventos coordenados com as posições sucessivas dos ponteiros do relógio, ou seja, em eventos no tempo padrão. Os resultados anteriores, por lidarem com as falas no diálogo como eventos-na-conversa, requerem que mais de um parâmetro de tempo, no mínimo, seja necessário: o papel do tempo como sendo constitutivo da “questão sobre a qual se fala”, como um evento em desenvolvimento e desenvolvido ao longo do curso da ação que o produziu, como se ambos, o processo e o produto, fossem conhecidos pelas partes *a partir do interior* deste desenvolvimento, por ambas as partes, cada uma por si, assim como uma em nome da outra.

O diálogo revela características adicionais. (1) Muitas de suas expressões são tais que seu sentido não pode ser decidido por um ouvinte, a não ser que ele saiba, ou presuma, algo sobre a biografia e os propósitos do falante, as circunstâncias da elocução, o curso anterior da conversa, ou a relação específica da interação real

ou potencial que existe entre o usuário e o ouvinte. As expressões não têm um sentido que permanece idêntico ao longo das ocasiões mutáveis de seu uso. (2) Os eventos sobre os quais conversaram eram especificamente vagos. Eles não só deixam de enquadrar claramente um conjunto restrito de determinações possíveis, mas os eventos descritos incluem, como características essencialmente pretendidas e sancionadas, uma “franja” de determinações, que estão abertas em relação a relações internas, relações com outros eventos e relações com possibilidades retrospectivas e prospectivas. (3) Para que uma expressão fosse razoável, cada um dos interlocutores, como ouvinte, tanto de suas próprias produções, quanto das do outro, no momento em que elas ocorriam, tinham que assumir, para qualquer ponto atual alcançado da conversa, que, ao esperar por aquilo que ele ou a outra pessoa poderiam dizer depois, o significado presente daquilo que já havia sido dito seria esclarecido. Assim, muitas falas tinham a propriedade de serem realizadas e realizáveis progressivamente ao longo do curso posterior da conversa. (4) Dificilmente é necessário apontar que o sentido das expressões dependia do lugar onde a expressão ocorreu em ordem serial, do caráter expressivo dos termos que a compunham e da importância para os interlocutores dos eventos descritos.

Essas propriedades dos entendimentos comuns contrastam-se com as características que teriam, se desconsiderássemos seu caráter temporalmente constituído e, ao invés disso, as tratássemos como entradas pré-codificadas em um disco de memória, a serem consultadas como um conjunto definido de significados alternativos dentre os quais se escolheria, sob condições decididas anteriormente, que especificassem como, dentre um conjunto de formas alternativas, deveria-se entender a situação na ocasião em que ocorresse a necessidade de se tomar uma decisão. Essas últimas propriedades pertencem estritamente ao discurso racional, uma vez que são idealizadas nas regras que definem uma prova lógica adequada.

Para *conduzirem suas atividades cotidianas*, as pessoas se recusam a permitir uns aos outros que entendam “aquilo do que realmente estão falando” dessa forma. A antecipação de que as pessoas *irão* entender, a ocasionalidade das falas, a especial vagueza das referências, o sentido retrospectivo-prospectivo de uma ocorrência presente, a espera de algo posterior para se entender o que foi dito antes, são propriedades sancionadas do discurso comum. Elas fornecem um contexto de características vistas mas não notadas do discurso comum, através do qual falas reais são reconhecidas como eventos de uma conversa comum, razoável, compreensível e simples. As pessoas necessitam dessas propriedades do discurso como condições, sob as quais a elas mesmas é concedido o direito e concedem aos outros o direito de afirmarem que conhecem aquilo sobre o que estão conversando e que aquilo que eles estão dizendo é compreensível e deve ser compreendido. Em resumo, a presença vista mas não notada das propriedades é usada para dar às pessoas o direito de conduzirem suas conversas sem interferência. Afastamentos desse uso provocam tentativas imediatas de se restaurar o estado correto das coisas.

O caráter sancionado dessas propriedades é demonstrado da seguinte forma. Os alunos foram instruídos a iniciar uma conversa normal com um conhecido ou um amigo e, sem indicar que aquilo que o experimentador estava perguntando era de alguma forma incomum, insistir que a pessoa esclarecesse o sentido das observações de lugar-comum. Vinte e três alunos relataram vinte e cinco exemplos de conversas desse tipo. A seguir temos excertos típicos de seus relatos.

### CASO 1

O sujeito estava contando ao experimentador, um membro do grupo de caronas do sujeito, sobre um pneu que havia furado a caminho do trabalho no dia anterior.

(S) Tive um pneu furado.

(E) Como assim, teve um pneu furado?

Ela pareceu ficar momentaneamente atordoada. Então, respondeu com hostilidade: “Como assim ‘como assim’?. Um pneu furado é um pneu furado. É exatamente isso o que eu quis dizer. Nada de mais. Que pergunta maluca!”

### CASO 2

(S) Olá, Ray. Como está sua namorada?

(E) Como assim, “como ela está”? Você quer dizer fisicamente ou mentalmente?

(S) Quero dizer ‘como ela está se sentindo’? O que há com você? (Ele pareceu irritado).

(E) Nada. Só explique melhor o que você quer dizer?

(S) Esquece. Como está indo seu processo de admissão para a faculdade de medicina?

(E) Como assim, “como está indo”?

(S) Você sabe o que quero dizer.

(E) Realmente não sei.

(S) O que há com você? Está doente?

### CASO 3

“Na sexta à noite meu marido e eu estávamos assistindo televisão. Meu marido observou que estava cansado. Perguntei, ‘Cansado como? Fisicamente, mentalmente ou está apenas entediado?’”

(S) Não sei. Acho que é mais fisicamente.

(E) Você quer dizer que seus músculos ou seus ossos estão doendo?

(S) Acho que sim. Não seja tão

técnica.

*(Depois de assistir TV por mais algum tempo)*

(S) Todos esses filmes antigos têm o mesmo tipo de cama feita de ferro.

(E) Como assim? Você quer dizer todos os filmes antigos, alguns deles, ou apenas os que você já viu?

(S) O que há com você? Você sabe o que quero dizer.

(E) Gostaria que você fosse mais específico.

(S) Você sabe o que quero dizer! Vá para o inferno!

#### CASO 4

Durante uma conversa (com a noiva do experimentador E), E questionou o significado de várias palavras usadas pelo sujeito ...

Durante o primeiro minuto e meio, o sujeito respondeu às perguntas como se fossem legítimas. Depois respondeu com “Porque está fazendo essas perguntas?” e repetia isso duas ou três vezes após cada pergunta. Ficou nervosa e agitada, sem conseguir ... controlar os movimentos do rosto e das mãos. Ela pareceu desnorreada e reclamou que eu a estava fazendo ficar nervosa e exigiu que eu “parasse”. . . . O sujeito pegou uma revista e cobriu o rosto dela. Ela abaixou a revista e fingiu estar absorta. Quando perguntei por que ela estava olhando a revista, ela se calou e se negou a dizer qualquer coisa a mais.

#### CASO 5

Meu amigo me disse: “Apreste-se ou vamos chegar tarde”. Perguntei a ele o que ele quis dizer com tarde e de que ponto de vista ele estava se referindo à palavra. Havia um olhar de perplexidade e cinismo no rosto

dele. “Porque está fazendo perguntas tão tolas? Certamente não vou ter que explicar uma frase dessas. O que há de errado com você hoje? Porque eu deveria ter que parar e analisar uma frase dessas? Todo mundo entende o que eu digo e você não deveria ser nenhuma exceção!”

#### CASO 6

A vítima acenou alegremente.

(S) Como vai?

(E) Como vou em relação a quê? A minha saúde, as minhas finanças, aos meus trabalhos de escola, ao meu equilíbrio mental, ao meu...?

(S) (Com o rosto vermelho e subitamente descontrolado) Olhe aqui! Só estava tentando ser educado. Francamente, não ligo a mínima para como você vai.

#### CASO 7

Meu amigo e eu estávamos conversando sobre um homem, cuja atitude dominadora nos irritava. Meu amigo expressou o que estava sentindo.

(S) Estou de saco cheio dele.

(E) Você poderia me explicar o que deu em você para você estar de saco cheio?

(S) Você está brincando? Você sabe o que quero dizer.

(E) Por favor, explique seu mal-estar.

(S) (Ele me ouvia com um olhar intrigado) O que deu em você? Nós nunca nos falamos assim, falamos?

#### **Entendimentos contextuais e o reconhecimento “adequado” de eventos comuns**

Que tipo de expectativas compõem um contexto “visto mas não notado” de entendimentos comuns e como elas se relacionam com o reconhecimento de uma pessoa dos cursos estáveis de transações interpessoais? Algumas informações

podem ser obtidas, se primeiro nos perguntarmos de que forma uma pessoa irá olhar uma cena ordinária e familiar e o que ela irá ver nessa cena, se pedirmos que ela não faça mais nada além de olhar a cena, como se ela fosse algo que, para a pessoa, ela “obviamente” e “realmente” não é.

A alunos de graduação foi atribuída a tarefa de ficarem de 15 minutos a uma hora observando as atividades em suas casas, enquanto fingiam que eram hóspedes. Foram instruídos a não demonstrarem que estavam representando um personagem. Trinta e três alunos relataram suas experiências.

Nos seus relatórios escritos os alunos “comportamentalizaram” as cenas domésticas. Aqui está um trecho de um dos relatos para ilustrar o que quero dizer.

Um homem baixo e corpulento entrou na casa, me beijou no rosto e perguntou, “Como foi na escola”? Respondi educadamente. Ele entrou na cozinha, beijou a mais nova das duas mulheres, e disse olá para a outra. A mulher mais nova me perguntou, “O que você quer para o jantar, querida”? Respondi, “Nada”. Ela deu de ombros e não disse mais nada. A mulher mais velha andava pela cozinha murmurando. O homem lavou as mãos, sentou à mesa e pegou o jornal. Ele leu o jornal até as duas mulheres terminarem de pôr a comida à mesa. Os três se sentaram. Eles conversaram trivialmente sobre os acontecimentos do dia. A mulher mais velha disse algo em uma língua estrangeira que fez os outros rirem.

Pessoas, relações e atividades foram descritas sem considerar a sua história, o lugar que a cena tinha em um conjunto de circunstâncias de vida em desenvolvimento, ou as cenas como texturas de eventos relevantes para

as partes envolvidas. Foram omitidas referências a motivos, à adequação, à subjetividade em geral e ao caráter socialmente padronizado dos eventos. As descrições podem ser consideradas como se fossem fornecidas por alguém que olha pelo buraco da fechadura, que ignora muito do conhecimento que ele tem em comum com os sujeitos sobre as cenas que ele está observando, como se quem escreveu as descrições tivesse presenciado as cenas sob os efeitos de uma amnésia branda, que afetasse seu conhecimento de senso comum das estruturas sociais.

Os alunos se surpreenderam de ver o quanto a forma como os membros se tratavam uns aos outros era pessoal. Os assuntos de um eram tratados como os assuntos dos outros. Quando uma pessoa que era criticada era incapaz de manter a linha, os outros a impediam de se ofender. Uma aluna relatou que ficou surpresa, ao perceber o quão livre era o seu acesso à casa. Manifestações de sentimentos e de condutas ocorreram sem nenhuma preocupação aparente em gerenciar as impressões causadas. Os modos à mesa eram ruins, e os membros da família demonstravam pouca polidez uns com os outros. Um acidente ocorrido pouco antes na cena foi a notícia do dia da família, que virou uma conversa trivial.

Os alunos relataram que essa forma de ver era difícil de sustentar. Objetos familiares – as pessoas, obviamente, mas também os móveis e disposição na sala – resistiam aos esforços dos alunos de pensar em si mesmos como estranhos. Muitos ficaram desconfortavelmente cientes de como movimentos habituais estavam sendo realizados, de *como* usavam os talheres de prata, de *como* se abria a porta, ou se cumprimentava o outro membro. Muitos relataram ser a atitude difícil de sustentar, porque, com isso, discussões, brigas e motivações hostis tornavam-se patentemente visíveis. Com frequência, um relato que narrasse problemas recentemente visíveis era acompanhado pela afirmação do estudante de que seu relato dos problemas da



família não traduzia a imagem “verdadeira”; a família era *realmente* uma família muito feliz. Diversos alunos relataram um sentimento moderadamente opressivo de “adequar-se a um papel”. Diversos alunos tentaram formular o “verdadeiro eu” como atividades governadas pelas regras de conduta, mas desistiram por acharem que não valia a pena. Acharam mais convincente imaginar-se em circunstâncias “comuns” como “sendo seu verdadeiro eu”. Não obstante, um aluno ficou intrigado com o tanto que ele, de forma deliberada e bem sucedida, conseguia predizer as respostas dos outros às suas ações. Ele não se sentiu incomodado por esse sentimento.

Muitos relatos apresentaram uma variação do tema: “eu ficava feliz, quando a hora do experimento terminava e eu podia retornar ao meu eu verdadeiro”.

Os alunos estavam convencidos de que a visão a partir da atitude de hóspede não era seu verdadeiro ambiente familiar. A atitude de hóspede produziu impressões que eles desconsideravam por serem incongruências interessantes, de pouca e enganadora importância prática. Como foram alteradas as maneiras familiares de ver no ambiente de seus lares? Como o seu olhar diferia do olhar comum?

A partir de seus relatos, detectaram-se diversos contrastes entre o modo “comum” de ver e o “requerido” pelo experimento. (1) Ao olhar para seus lares como hóspede, eles substituíram a textura mutuamente reconhecida dos eventos por uma regra de interpretação que exigia que essa textura mútua fosse *temporariamente* desconsiderada. (2) A textura mutuamente reconhecida foi trazida sob a jurisdição da nova atitude como uma definição das estruturas essenciais dessa textura. (3) Isso foi feito por meio do engajamento na interação com os outros com uma atitude sobre cuja natureza e propósito apenas o usuário sabia, que permaneceu oculta, que podia tanto ser adotada ou colocada de lado no momento em que o usuário bem entendesse, e era uma questão de escolha voluntária. (4) A atitude como intenção foi

sustentada como uma questão de submissão pessoal e voluntária a uma regra única e explícita. (5) na qual, como em um jogo, o objetivo da intenção era o mesmo que ver as coisas sob os auspícios da própria regra. (6) Acima de tudo, o olhar não estava condicionado a nenhuma necessidade de guiar seus próprios interesses no interior da atitude para com as ações dos outros. Essas foram as questões que os alunos acharam estranhas.

Quando os alunos usaram essas expectativas contextuais, não só como formas de ver as cenas familiares, mas também como base para agir dentro delas, as cenas explodiram com perplexidade e raiva dos membros da família.

Em outro procedimento, pediu-se que os alunos passassem de quinze minutos a uma hora em suas casas imaginando que fossem hóspedes e também agindo como se fossem. Foram instruídos a agir de forma circunspecta e educada. Deviam evitar intimidades, usar uma linguagem formal e falar apenas quando alguém falasse com eles.

Em nove dos quarenta e nove casos, os alunos, ou se recusaram a fazer a tarefa (cinco casos), ou sua tentativa foi “infrutífera” (quatro casos). Quatro dos alunos que “não quiseram tentar” disseram que tinham medo de fazê-lo; o quinto disse que preferia evitar a possibilidade de perturbar sua mãe, que tinha problemas cardíacos. Em dois dos casos “infrutíferos”, a família, desde o começo, agiu como se fosse uma piada, e se recusou a mudar de opinião, apesar das tentativas contínuas do aluno. A terceira família assumiu a visão de que havia algum problema que não estava sendo revelado pelo aluno, mas que, o que quer que fosse, não era de sua conta. Na quarta família, o pai e a mãe comentaram que a filha estava sendo “exageradamente gentil” e sem dúvida ela queria alguma coisa que revelaria em breve.

Nos restantes quatro quintos dos

casos, os membros das famílias ficaram estupefatos. Eles buscavam vigorosamente tornar inteligíveis as estranhas ações do aluno e restaurar as aparências normais da situação. Os relatórios foram preenchidos com relato de surpresa, perplexidade, choque, ansiedade, vergonha e raiva e de acusações feitas por vários membros da família de que o aluno era mau, não tinha consideração, era egoísta, desagradável ou mal-educado. Os membros das famílias exigiram explicações: qual é o problema? O que há com você? Você foi despedido? Está doente? Por que está sendo tão arrogante? Por que está zangado? Você perdeu a cabeça ou é apenas idiota? Um aluno envergonhou muito sua mãe na frente de suas amigas, ao perguntar se ela se importaria, se ele pegasse um lanche da geladeira. “Se eu me importo com você pegar um lanchinho? Você tem lanchado aqui durante anos sem pedir permissão. O que deu em você?” Uma mãe, enfurecida pelo dato de sua filha lhe falar apenas quando ela lhe dirigia a palavra, começou a gritar furiosa, acusando a filha de desrespeito e insubordinação e recusou-se a se deixar acalmar pela irmã da aluna. Um pai repreendeu a filha por não se preocupar o suficiente com o bem-estar dos outros e por agir como uma criança mimada.

Ocasionalmente, os membros da família tratavam primeiro as ações do aluno como sendo uma desculpa para entrarem em uma cena cômica, que era rapidamente substituída por irritação e raiva exasperada dirigidas ao aluno, por este não saber quando parar. Os membros da família debochavam da “polidez” dos alunos – “Claro, senhor Herzberg!” – ou acusavam o aluno de estar agindo como um sabichão e geralmente demonstravam sua reprovação da “polidez” do aluno com sarcasmo.

Buscavam-se explicações em motivos anteriores, que poderiam ser compreensíveis: o aluno estava “trabalhando demais” na escola, o aluno estava “doente”, tinha “brigado de novo” com a noiva. Quando as explicações sugeridas pelos membros

da família não foram validadas, seguia-se uma retração do membro ofendido, um isolamento do culpado, retaliação e denúncia. “Não o incomode, ele está de mau humor de novo”; “Então, não ligue, espere só até ele me pedir alguma coisa”; “Você está me ignorando, tudo bem, vou ignorar você também.”; “Porque você está sempre causando atritos na nossa harmonia familiar”? Muitos relatos contaram versões do confronto seguinte. Um pai seguiu seu filho até o quarto. “Sua mãe está certa. Você não parece bem e não está falando coisa com coisa. É melhor arrumar outro emprego que não exija que você trabalhe até tão tarde”. A isso, o aluno respondeu que ele ficaria feliz com a consideração deles, mas que ele se sentia bem e apenas queria um pouco de privacidade. O pai respondeu enfurecido: “Eu não quero ouvir mais *isso* de *você* e, se você não consegue tratar sua mãe de forma decente, então é melhor sair de casa”!

Não houve casos, em que a situação não voltasse à normalidade depois de o aluno explicar as coisas. No entanto, a maioria dos membros das famílias não acharam divertido e apenas raramente acharam a experiência instrutiva, conforme o aluno argumentava que deveria ter sido. Depois de ouvir a explicação do aluno, uma irmã respondeu friamente, em nome de toda a família de quatro pessoas: “Por favor, não faça mais dessas experiências. Não somos ratos, sabe?”. Ocasionalmente, a explicação foi aceita, mas, mesmo assim, ofendia. Em vários casos, os alunos relataram que as explicações dadas deixaram, tanto eles, quanto as suas famílias, ou ambos, se perguntando o quanto do que o aluno havia dito foi “representando o personagem” e o quanto era “o que ele queria realmente dizer”.

Os alunos acharam a tarefa difícil de cumprir. Mas, diferentemente dos relatos dos que apenas observavam, era comum os alunos relatarem que as dificuldades estavam relacionadas a não serem tratados como se fossem o personagem que estavam tentando representar e serem confrontados

com situações, em que não sabiam como um hóspede agiria.

Houve vários resultados inteiramente inesperados. (1) Apesar de muitos alunos relatarem ensaios mentais extensos, muito poucos mencionaram medo antecipado ou embaraço. (2) Por outro lado, apesar de freqüentemente acontecerem evoluções inesperadas e desagradáveis, em apenas um caso o aluno relatou arrependimento profundo. (3) Pouquíssimos alunos relataram alívio profundo, quando o experimento terminou. Foi muito mais freqüente relatarem alívio parcial. Muitas vezes, relataram que, em resposta à raiva dos outros, eles também ficaram com raiva e facilmente deslizavam para sentimentos e ações subjetivamente reconhecíveis.

Contrastando com os relatórios dos “hóspedes” observadores, pouquíssimos relatórios “comportamentalizaram” a cena.

### Entendimentos contextuais e afetos sociais

Apesar do interesse pelos afetos sociais que prevalece nas ciências sociais, e apesar da atenção extensa que a psiquiatria clínica dá a eles, surpreendentemente pouco tem sido escrito sobre as condições socialmente estruturadas para sua produção. O papel que um contexto de entendimentos comuns desempenha na sua produção, controle e reconhecimento é, entretanto, praticamente *terra incognita*. Essa falta de atenção da parte de investigadores experimentais é ainda mais notável, se considerarmos que é precisamente com essa relação que as pessoas se preocupam nas suas representações de senso comum de como conduzir seus afazeres cotidianos de forma a incentivar o entusiasmo e a amizade ou a evitar a ansiedade, a culpa, a vergonha, ou o tédio. A relação entre entendimentos comuns e afetos sociais pode ser ilustrada, quando se considera a atuação dos alunos que agiram como hóspedes como um procedimento que envolveu a produção de perplexidade e raiva quando se trata

uma situação importante como algo que ela “obviamente”, “naturalmente” e “realmente” não era.

A existência de uma relação forte e definida entre entendimentos comuns e afetos sociais pode ser demonstrada e algumas de suas características exploradas pela demonstração deliberada de desconfiança, um procedimento que produziu, para nós, efeitos altamente padronizados. O Raciocínio foi o seguinte:

Uma das expectativas contextuais descrita por Schutz diz respeito ao uso sancionado da dúvida como uma característica constituinte de um mundo que está sendo entendido em comum. Schutz propôs que, para *conduzir seus afazeres diários*, uma pessoa presume, presume que a outra pessoa também presume, e presume que, se ela presume algo sobre a outra pessoa, a outra pessoa também presume o mesmo a respeito dela, que uma relação de correspondência indubitável é a relação sancionada entre a aparência real de um objeto e o objeto intencionado que parece de uma forma específica. Para a pessoa que está conduzindo seus afazeres cotidianos, os objetos são, para ele e ele espera que também para os outros, como aparentam ser. Tratar essa relação sob uma *regra* de dúvida requer que a necessidade e a motivação para tal regra seja justificada.

Antecipávamos que, por causa da relação diferenciada, quando se exibia uma regra de dúvida (desconfiança)<sup>6</sup> que a outra pessoa era como aparentava ser para a textura legítima de expectativas comuns, deveria haver um estado afetivo diferente para aquele que duvidava e para aquele que era objeto da dúvida. Da parte da pessoa objeto da dúvida, deveria haver a exigência de uma justificativa e, quando esta não era dada, na medida em que “qualquer um poderia ver” que ela não ocorreria, haveria irritação. Para o experimentador, esperávamos que houvesse um embaraço resultante da disparidade, sob o olhar fixo de sua vítima, entre o ser inferior, no qual

seus desafios de “o que qualquer um acharia” o transformavam, e a pessoa competente que ele e outros sabiam que ele era, “apesar de tudo”, mas que o procedimento exigia que ele não reivindicasse.

Assim como o relógio de Santayana<sup>7</sup>, essa formulação não estava nem errada, nem certa. Apesar de o procedimento ter produzido aquilo que esperávamos, ele também deu a nós e aos experimentadores mais do que havíamos pedido.

Os alunos foram instruídos a envolverem alguém em uma conversa e imaginarem e agirem como se aquilo que a outra pessoa dissesse fosse orientado por motivos ocultos, que eram os motivos verdadeiros. Deveriam presumir que a outra pessoa estava tentando enganá-los ou levá-los ao erro.

Em apenas dois de trinta e cinco relatos, os alunos tentaram realizar a tarefa com estranhos. A maioria dos alunos ficaram com medo de que uma situação assim ficasse fora de controle, então selecionaram amigos, colegas de quarto e familiares. Mesmo assim, relataram um volume considerável de ensaios mentais, muitas revisões das possíveis conseqüências, e escolhas deliberadas entre as pessoas.

A atitude era difícil de sustentar e manter até o final. Os alunos relataram uma percepção aguçada de estarem “em um jogo artificial”, de serem incapazes de “viver o personagem” e de freqüentemente ficarem “sem saber o que fazer a seguir”. Enquanto ouviam a outra pessoa, experimentadores esqueciam da tarefa. Uma aluna falou por vários alunos, quando disse que não conseguiu resultado algum, porque estava fazendo tanto esforço para manter uma atitude de desconfiança, que não conseguiu acompanhar a conversa. Ela disse que foi incapaz de imaginar como seus interlocutores poderiam estar enganando-a, porque estavam falando de assuntos tão inconseqüentes.

Com muitos alunos, a presunção de que a outra pessoa não era o que aparentava ser, e que deveriam desconfiar dela, era o mesmo que presumir que a outra pessoa estava com raiva deles e os odiavam. Por outro lado, muitas vítimas, apesar de reclamarem que o aluno não tinha razão para estar zangado com elas, faziam tentativas não solicitadas de explicação e conciliação. Quando isso não funcionava, seguiam-se demonstrações francas de raiva e “repugnância”.

Um embaraço agudo e antecipado materializou-se rapidamente para os dois alunos que tentaram o procedimento com estranhos. Depois de insistir com um motorista de ônibus para que este confirmasse se o ônibus passaria na rua que ela queria e, após ele garantir várias vezes que, de fato, o ônibus passaria na rua desejada, o motorista, exasperado, gritou para todos os passageiros pudessem ouvir: “olhe, senhora, eu já disse uma vez, não disse? Quantas vezes vou ter que lhe dizer!” Ela relatou “Eu me encolhi no fundo do ônibus para me afundar o tanto quanto pudesse no assento. Fiquei com os pés gelados, o rosto em chamas, e senti uma antipatia forte pela tarefa que me tinha sido passada”.

Houve pouquíssimos relatos de vergonha ou embaraço da parte de alunos que tentaram o procedimento com amigos ou familiares. Ao invés disso, ficaram surpresos, e nós também, ao descobrirem, como foi relatado por um aluno, que “uma vez que comecei a interpretar o papel de uma pessoa odiada, eu realmente comecei a me sentir um tanto odiado, e quando deixei a mesa, já estava com muita raiva”. Foi mais surpreendente ainda para nós, quando vários relataram que acharam o procedimento divertido e incluíam nisso a raiva verdadeira, tanto deles, quanto dos outros.

Apesar de as explicações dos alunos facilmente restaurarem a maioria das situações, alguns episódios “ficaram sérios” e deixaram um resquício de perturbação para uma ou as duas partes envolvidas, que a explicação dada não conseguiu resolver. Isso pode ser ilustrado no relato de uma aluna, dona de casa, que, ao final

do jantar, e com alguma apreensão, questionou seu marido sobre ele ter trabalhado até tarde na noite anterior e levantou uma dúvida sobre ele realmente ter jogado pôquer, como havia afirmado em uma noite da semana anterior. Sem perguntá-lo o que ele havia realmente feito, ela indicou que era necessária uma explicação. Ele respondeu sarcasticamente: “Você parece estar incomodada com alguma coisa. Você sabe o que poderia ser? Sem dúvida essa conversa faria mais sentido se eu também soubesse”. Ela o acusou de deliberadamente evitar o assunto, apesar de o assunto não ter sido mencionado. Ele insistiu que *ela* dissesse *a ele* qual era *o assunto*. Quando ela não disse, ele perguntou diretamente “Está bem, qual é a piada?”. Em vez de responder, “Eu lancei-lhe um olhar magoado”. Ele ficou visivelmente perturbado, se tornou muito solícito, gentil e persuasivo. Em resposta a isso, ela revelou o experimento. Ele saiu de perto, obviamente infeliz, e durante o resto da noite permaneceu mal-humorado e desconfiado. Ela, enquanto isso, permaneceu à mesa, ressentida e agitada, por causa das respostas provocadas pelas suas afirmações de que ele não estava entediado no trabalho, “com todas as insinuações que isso poderia ou não significar”, particularmente a insinuação de que ele não estava entediado no trabalho, mas sim que *estava* entediado com ela e em casa. Ela escreveu: “Eu realmente fiquei incomodada com suas observações ... Eu fiquei mais perturbada e preocupada do que ele durante o experimento ... com como ele aparentou permanecer imperturbável”. Nenhum dos dois tentou nem quis discutir mais a questão. No dia seguinte, o marido confessou que tinha ficado consideravelmente perturbado e que teve as reações a seguir, na seguinte ordem: determinação de se manter calmo; choque com a “natureza desconfiada” de sua mulher; surpresa de saber que traí-la seria provavelmente difícil; uma determinação de fazer ela descobrir suas próprias respostas às suas próprias perguntas, sem ele negar ou ajudar; alívio extremo, quando ela revelou que a conversa tinha sido tramada como um experimento; mas, finalmente, um resquício de incômodo, que ele caracterizou como “suas idéias abaladas sobre a natureza da minha mulher, que continuaram pelo resto da noite”.

## Entendimentos contextuais e perplexidade

Anteriormente, argumentamos que a possibilidade de um entendimento comum não consiste em medidas demonstradas de conhecimento compartilhado da estrutura social, mas, ao invés disso, consiste inteiramente no caráter obrigatório de ações realizadas conforme as expectativas da vida cotidiana como uma moralidade. O conhecimento de senso comum dos fatos da vida social, para os membros da sociedade, é o conhecimento institucionalizado do mundo real. Não só o conhecimento de senso comum retrata uma sociedade real para os membros, mas, à maneira de uma profecia que se auto-cumprir, as características da sociedade real são produzidas pela obediência motivada de uma pessoa a essas expectativas contextuais. Daí, a estabilidade das ações concertadas deveria variar diretamente em função de quaisquer que fossem as condições reais de organização social que garantam a adesão motivada de uma pessoa a essa textura contextual de relevâncias como uma ordem legítima de crenças sobre a vida em uma sociedade vista “do interior” da sociedade. Visto do ponto de vista da pessoa, seu comprometimento com a obediência motivada consiste em sua compreensão e aceitação dos “fatos naturais da vida em sociedade”.

Tais considerações sugerem que, quanto mais firme for a compreensão que um membro da sociedade tem Daquilo Que Qualquer Um De Nós Necessariamente Conhece, mais severa deveria ser sua perturbação, quando os “fatos naturais da vida” lhe fossem impugnados como descrição de suas circunstâncias reais. Para testar essa sugestão, um procedimento teria que modificar a estrutura *objetiva* daquilo que é familiar e conhecido em comum, quando torna inoperantes as expectativas contextuais. Especificamente, essa modificação consistiria em sujeitar uma pessoa a uma quebra das expectativas contextuais da vida cotidiana, ao: (a) dificultar que a pessoa interpretasse a situação como um jogo, um experimento, uma mentira, uma brincadeira, ou seja, como algo diferente daquilo que é conhecido conforme a atitude

da vida cotidiana como sendo uma questão de moralidade obrigatória e ação, (b) tornar necessário que ele reconstruísse os “fatos naturais”, mas dar tempo insuficiente para ele gerenciar essa reconstrução, em relação a ter o domínio necessário das circunstâncias práticas, para o qual ele precisaria usar seu conhecimento dos “fatos naturais” e (c) requerer que ele administrasse a reconstrução dos fatos naturais por si só e sem a validação consensual.

Presumivelmente, ele não teria outra alternativa a não ser tentar normalizar as incongruências resultantes no interior da ordem dos eventos da vida cotidiana. Através do esforço do desenvolvimento em si, os eventos deveriam perder seu caráter perceptivelmente normal. O membro deveria ser incapaz de reconhecer o status de um evento como típico. Julgamentos de probabilidade deveriam lhe falhar. Ele deveria ser incapaz de relacionar ocorrências presentes a ordens similares de eventos que ele já conheceu no passado. Ele deveria ser incapaz de definir, menos ainda de “ver prontamente” as condições sob as quais o evento poderia ser reproduzido. Ele deveria ser incapaz de ordenar esses eventos em termos de relações meios-fins. Deveria ser minada a convicção de que a autoridade moral da sociedade familiar obriga a sua ocorrência. Ligações estáveis e “realísticas” entre intenções e objetos deveriam ser dissolvidas, e com isso quero dizer que deveriam se tornar obscuras as formas, do contrário familiares para ele, pelas quais o ambiente objetivo percebido serve como a base motivadora de sentimentos e é motivado por sentimentos direcionados a esse ambiente. Em resumo, o ambiente real percebido pelos membros, ao perder seu contexto conhecido-em-comum, deveria tornar-se “especificamente sem sentido”<sup>8</sup>. Idealmente falando, os comportamentos direcionados a tal ambiente sem sentido deveriam ser os de perplexidade, incerteza, conflito interno, isolamento psicossocial, ansiedade aguda e sem razão, junto com vários sintomas de despersonalização aguda. As estruturas de interação deveriam ser, de igual modo, desorganizadas.

Isso é esperar bastante de uma quebra nas expectativas contextuais. Obviamente, nos contentaríamos com menos, se os resultados de um procedimento que causasse essa quebra fossem pelo menos um pouco encorajadores a respeito dessa formulação. Como acontece, o procedimento produziu perplexidade e ansiedade convincentes e facilmente detectadas.

Para começar, é necessário especificar com quais expectativas exatamente estamos lidando. Schutz relatou que a característica de uma cena “conhecida em comum com outras pessoas” era múltipla e era composta por vários elementos constituintes. Por terem sido discutidos em outro lugar<sup>9</sup>, irei restringir a discussão a uma breve enumeração.

De acordo com Schutz, uma pessoa presume, presume que a outra pessoa também presume, e presume que, tal como ela presume sobre a outra pessoa, a outra pessoa presume sobre ela:

1. Que as determinações atribuídas a um evento pela testemunha são questões necessárias que se sustentam em fundamentos que especificamente desconsideram a opinião pessoal ou as circunstâncias socialmente estruturadas de qualquer testemunha em particular, ou seja, que as determinações são necessárias como questões de “necessidade objetiva” ou “fatos da natureza”.

2. Que uma relação de indubitável correspondência é a relação sancionada entre a aparência-apresentado-objeto e o objeto-pretendido-que-se-apresenta-na-perspectiva-daquela-aparência-particular.

3. Que o evento que é conhecido da forma que é conhecido pode realmente e potencialmente afetar a testemunha e pode ser afetado pela sua ação.

4. Que os significados dos eventos são produtos de um processo socialmente padronizado de nomeação, reificação e idealização do fluxo de experiência do usuário, ou seja, são os produtos de uma linguagem.

5. Que as determinações presentes de um evento, quaisquer que sejam, são determinações que foram imaginadas em ocasiões anteriores e que podem ser imaginadas novamente, de forma idêntica, em um número indefinido de ocasiões futuras.

6. Que o evento imaginado é retido como o evento temporalmente idêntico ao longo do curso da experiência.

7. Que o evento tem como seu contexto de interpretação: (a) um esquema de interpretação comumente usado, que consiste em um sistema padronizado de símbolos; e (b) “Aquilo Que Qualquer Um Sabe”, ou seja, um corpo preestabelecido de conhecimentos socialmente autorizados.

8. Que as determinações reais que o evento tem para as testemunhas são as determinações potenciais que ele teria para a outra pessoa, se eles trocassem de posição.

9. Que para cada evento há determinações correspondentes que se originam na biografia particular da testemunha e na da outra pessoa. Do ponto de vista da testemunha, tais determinações são irrelevantes para os propósitos de ambos, e ambos, ele e o outro, selecionaram e interpretaram as determinações atuais e potenciais dos eventos de forma empiricamente idêntica e que é suficiente para todos seus fins práticos.

10. Que há uma disparidade característica entre as determinações publicamente reconhecidas, e as determinações pessoais e reservadas dos eventos, e esse conhecimento pessoal mantido em segredo, ou seja, que o evento significa para ambos, a testemunha e o outro, mais do que a testemunha pode dizer.

11. Que as alterações nessa disparidade característica permanecem dentro do controle autônomo da testemunha.

*Não é o caso que aquilo que um evento exhibe como determinação distintiva seja condição para o seu pertencimento a um ambiente-conhecido-à-maneira-do-senso-comum. Ao invés disso, as condições de seu pertencimento são as atribuições de que suas determinações, não importa em que substantivamente elas consistam, poderiam ser vistas pela outra pessoa, se trocassem de posição, ou que suas características não são atribuídas como questões de preferência pessoal, mas podem ser vistas por qualquer um, ou seja, as características anteriormente enumeradas. Estas, e apenas estas, características enumeradas, independente de quaisquer outras determinações que um evento possa ter, definem o caráter de senso comum de um evento. Quaisquer outras determinações que um evento da vida cotidiana possa exibir – quer essas determinações sejam motivos pessoais, sua história de vida, as distribuições de renda na população, obrigações de parentesco, a organização de uma indústria, ou aquilo que fantasmas fazem quando anoitece — se, e somente se, o evento tiver para a testemunha as determinações enumeradas, será um evento em um ambiente “conhecido em comum com outros”.*

Tais atribuições são características de eventos testemunhados, que são vistas sem serem notadas. Elas são demonstravelmente relevantes para o senso comum que o autor constrói sobre o que está acontecendo com ele. Elas informam a testemunha sobre qualquer aparência particular de um ambiente interpessoal. Elas informam a testemunha sobre os objetos reais dos quais as aparências reais são aparências, mas sem essas características atribuídas serem necessariamente reconhecidas de forma deliberada ou consciente.

Já que cada uma das expectativas que compõem a atitude da vida cotidiana atribui uma característica esperada ao ambiente do ator, deveria ser possível quebrar essas expectativas, modificando-se deliberadamente os eventos cênicos de forma a frustrar essas atribuições. Por definição, é possível que haja surpresa com cada uma dessas características esperadas. O quanto a surpresa será desagradável irá variar em razão diretamente proporcional à intensidade com que a pessoa, como uma questão de necessidade

moral, aceita seu uso como um esquema para atribuir às aparências testemunhadas seu status de eventos em um ambiente percebido como normal. Em resumo, a compreensão realística que um membro de uma coletividade tem dos fatos naturais da vida e o seu comprometimento com o conhecimento sobre eles como condição de auto-estima para se considerar um membro competente e de boa fé daquela coletividade<sup>10</sup> é a condição de que precisamos para maximizar sua confusão, aproveitando a ocasião, em que os fundamentos em que essa compreensão se baseia se tornam uma fonte de incongruência irreduzível.

Eu desenhei um procedimento que quebraria essas expectativas, ao mesmo tempo em que satisfaria as três condições, sob as quais essa quebra presumivelmente causaria confusão, ou seja, que a pessoa não poderia fazer a situação virar uma brincadeira, uma piada, um experimento, uma farsa, ou coisa parecida, ou, na terminologia lewiniana<sup>11</sup>, que ele não poderia “sair de campo”; que ele teria tempo insuficiente para fazer uma redefinição de suas circunstâncias reais; e que ele seria privado de apoio consensual para uma definição alternativa da realidade social.

Vinte e oito alunos aspirantes a uma vaga na faculdade de medicina foram submetidos, individualmente, a uma entrevista experimental de três horas. Como parte da solicitação aos sujeitos, bem como também no início da entrevista, o experimentador se identificava como um representante de uma faculdade de medicina do leste, que estava tentando entender por que a entrevista de seleção para a faculdade de medicina era uma situação tão estressante. Esperava-se que apresentar o experimentador como uma pessoa que tivesse ligações com uma faculdade de medicina tornaria mais difícil ocorrer a possibilidade de o aluno “sair de campo”, após ser iniciado o procedimento de quebra de expectativa. Como conseguimos satisfazer as outras duas condições [as de (a) gerenciar uma redefinição em um tempo insuficiente e (b) não poder contar com apoio consensual para uma definição alternativa de realidade social] é algo que se esclarecerá na descrição a seguir.

Durante a primeira hora da entrevista, o aluno fornecia ao “representante da faculdade de medicina” os fatos-da-vida de uma entrevista médica, ao responder a questões tais como “quais fontes de informação sobre o candidato estão disponíveis para as faculdades de medicina?”; “que tipo de pessoa as faculdades de medicina estão procurando?”; “o que um bom candidato deveria fazer durante a entrevista?”; e “o que ele deveria evitar?”. Feito isso, o aluno era informado de que os interesses de pesquisa do representante tinham sido satisfeitos. Então, perguntava-se ao aluno se ele se incomodaria de ouvir uma gravação de uma entrevista real. Todos os alunos quiseram muito ouvir a gravação.

Era uma gravação de uma falsa entrevista entre “um entrevistador de uma faculdade de medicina” e um “candidato”. O candidato era tosco, sua linguagem era agramatical e cheia de coloquialismos, ele era evasivo, contradizia o entrevistador, ele era cheio de si, falava mal de outras faculdades e profissões, ele insistia em saber como tinha ido na entrevista. Imediatamente após o término da gravação, obtinham-se opiniões detalhadas dos outros alunos sobre o candidato gravado.

Dava-se, então, ao aluno informações da “ficha oficial” do candidato. Informações sobre seu desempenho e sua personalidade foram fornecidas, nessa ordem. Informações sobre desempenho, relacionadas às atividades do candidato, suas notas, histórico familiar, cursos, trabalhos de caridade, e coisas semelhantes. Informações sobre sua personalidade consistiam em avaliações de personalidade feitas por “Dr. Gardner, o entrevistador da faculdade de medicina”, por “seis membros da comissão de seleção que tinham treinamento psiquiátrico e que haviam apenas ouvido a gravação da entrevista” e por “outros alunos”.

A informação foi deliberadamente elaborada para contradizer os pontos principais da avaliação feita pelo aluno. Por exemplo, se o aluno dizia que o candidato deve ter vindo de uma família de classe baixa, dizia-se a ele que o pai do candidato era vice presidente de uma firma que fabricava portas pneumáticas para trens e ônibus. O candidato era ignorante? Então ele teve êxito em cursos como “A Poesia de Milton”



e “Dramas de Shakespeare”. Se o aluno dizia que o candidato não sabia se relacionar com as pessoas, então dizia-se que o candidato tinha trabalhado como arrecadador voluntário de doações para o Hospital Sydenham de Nova Iorque e tinha conseguido arrecadar US\$32.000,00 de 30 “grandes doadores”. A fala de que o candidato era estúpido e não se daria bem em um campo científico era refutada com os conceitos “A” que ele havia tirado em química orgânica e física e com o desempenho condizente com o de um aluno de pós-graduação em um curso de iniciação à pesquisa na graduação.

Os alunos queriam muito saber o que “os outros” pensavam sobre o candidato e se ele havia sido selecionado. Dizia-se aos alunos que o candidato havia sido selecionado e que ele não havia decepcionado o entrevistador da faculdade de medicina e os “seis psiquiatras”, que tinham recomendado o candidato enfaticamente pela sua personalidade, e lia-se essa recomendação para o aluno. Quanto às avaliações dos outros alunos, dizia-se ao aluno (por exemplo) que trinta outros alunos tinham feito avaliações e que vinte e oito concordavam plenamente com a avaliação do entrevistador, e os outros dois restantes tinham tido algumas dúvidas, mas que depois que viram as primeiras informações, passaram a ver o candidato da mesma forma que os outros o haviam visto.

Depois disso, convidava-se o aluno a ouvir a gravação uma segunda vez, após a qual pedia-se que ele avaliasse o candidato novamente.

*Resultados* Vinte e cinco dos vinte e oito alunos se deixaram levar pelo experimento. O que se segue não se aplica aos outros três, que estavam convencidos de que havia uma farsa. Dois desses casos são discutidos na conclusão desta seção.

Os alunos gerenciaram as incongruências dos dados sobre o desempenho com tentativas vigorosas de fazê-las factualmente compatíveis com suas avaliações originais e muito depreciativas. Por exemplo, muitos disseram que o candidato parecia ser ou era uma pessoa de classe social baixa.

Quando souberam que seu pai era vice presidente de uma empresa nacional que fabricava portas pneumáticas para trens e ônibus, eles respondiam desta forma:

“Ele deveria ter dito que *tinha* dinheiro”.

“Isso explica por que ele disse que tinha que trabalhar. Provavelmente, seu pai o obrigava a trabalhar. Isso tornaria infundadas muitas de suas reclamações, já que a situação não estava tão ruim assim”.

“O que isso tem a ver com valores?”

Quando souberam que a média dele era “A” em cursos de ciências naturais, os alunos começaram a demonstrar abertamente sua perplexidade.

“Ele fez uma variedade de cursos... Estou confuso. A entrevista provavelmente não espelhou muito bem sua personalidade”.

“Ele, de fato, parecia ter feito alguns cursos esquisitos. Eles parecem ser razoavelmente normais. Não normais... mas... não me surpreende, nem de um jeito, nem de outro”.

“Bem! Acho que a gente pode analisar da seguinte forma. Em termos psicológicos. Veja... uma forma possível... agora, posso estar totalmente *enganado*, mas é desse jeito que eu vejo *isso*. Ele provavelmente sofria de um complexo de inferioridade e isso é uma supercompensação pelo seu complexo de inferioridade. Suas notas *ótimas*... suas notas *boas* são uma compensação pelo seu fracasso... no âmbito social talvez, não sei”.

“Opa! Sua terceira alternativa foi a universidade de Georgia. (Suspiro profundo) Posso entender por que ele se ressentiria de não ter sido admitido na sociedade acadêmica de honra Phi Bet<sup>12</sup>.

Tentativas de solucionar as incongruências provocadas pela avaliação de personalidade de “Gardner” e dos “outros seis juizes” foram muito menos freqüentes do que tentativas de normalizar as informações sobre desempenho. Manifestações abertas de perplexidade e ansiedade misturadas com rumações silenciosas foram usuais:

(Risada) Meu Deus!  
(Silêncio) Eu acharia que as coisas seriam todas ao contrário. (Muito baixo) Talvez esteja completamente errado... minha orientação está toda errada. Estou completamente confuso.

Não era educado. Autoconfiante, ele certamente era. Mas não educado. Não sei. Ou o entrevistador era meio maluco, ou eu estou maluco. (Pausa longa) Isso é meio chocante. Me faz duvidar da minha forma de pensar. Talvez meus valores de vida estejam todos errados, não sei.

(Assobios) Eu – Eu não acho que ele parecia ser bem educado, de forma alguma. Aquele tom de voz!! Eu... talvez você notou, quando ele disse “Você deveria ter dito isso logo de cara,” *antes*, ele (o entrevistador da faculdade de medicina da gravação) tinha aceitado isso com um sorriso. Mas mesmo assim! Não, não consigo ver isso. “Você deveria ter dito isso

antes”. Mas talvez ele estava tentando ser engraçado. Exercendo um... Não! Me pareceu impertinente!

Irc ... Bem, isso certamente me dá uma visão diferente da minha concepção de entrevistas. Nossa... isso... me confunde mais ainda.

Bem ... (risada) ... Hum! Irc! Bem, talvez ele parecesse ser um bom garoto. Ele conseguiu ... se fazer entender. Talvez... ver a pessoa faria uma grande diferença. Ou talvez eu nunca seria um bom entrevistador. (Reflexivamente e quase inaudível) Eles não mencionaram nenhuma das coisas que eu mencionei (Experimentador: Hein?) (Mais alto) Eles não mencionaram nenhuma das coisas que eu mencionei, então eu me sinto como um fracasso completo.

Pouco depois de os dados sobre o desempenho do candidato terem provocado consternação, os alunos ocasionalmente perguntaram como os outros alunos o haviam avaliado. Somente depois de ter sido entregue a eles a avaliação do “Dr. Gardner” e eles terem reagido a isso é que as opiniões dos “outros alunos” foram dadas. Em alguns casos dizia-se ao sujeito “Trinta e quatro em trinta e cinco antes de você”, às vezes quarenta e três em quarenta e cinco, dezenove em vinte, cinqüenta e um em cinqüenta e dois. Todos os números eram grandes. Para dezoito dos vinte e cinco alunos, aquilo que foi dito quase não se desviou dos protocolos a seguir:

(34 em 35) Eu não sei... Ainda vou ficar com as

minhas convicções originais. Eu... Eu... você pode *me* dizer o que... eu vi de errado. Talvez eu... eu... tive a impressão errada – a atitude errada o tempo todo. (Você pode me dizer? Acho interessante que tenha havido tal disparidade.) Definitivamente... eu... acho... que definitivamente seria o contrário. Não consigo ver sentido nisso. Estou completamente confuso, acredite. Eu... eu não consigo entender como posso ter errado tanto. Talvez as minhas impressões - minhas avaliações das pessoas estejam simplesmente erradas. Quero dizer, talvez tive as impressões erradas... Talvez meus valores... estejam ... errados... ou sejam diferentes... dos outros trinta e três. Mas eu não acho que esse seja o caso... porque geralmente... digo isso com toda a modéstia... eu... eu consigo julgar as pessoas. Quero dizer, na aula, nas organizações às quais eu pertencço... Eu geralmente as julgo corretamente. Então eu não entendo, de *forma alguma*, como eu posso ter errado tanto. Eu não acho que eu estava sob algum tipo de estresse ou tensão... aqui... hoje à noite, mas... eu não entendo.

(43 em 45) (Risos) Eu não sei o que dizer agora. Estou perturbado pela minha incapacidade de julgar o cara melhor do que isso. (Baixo) Eu vou dormir hoje, certamente (muito baixo) mas isso com certeza me incomoda. Perdão por não... Bem! Uma questão que surge ... Posso estar errado... (Você consegue entender como eles podem

tê-lo visto?) Não. Não, eu não consigo, não. Claro, com todo aquele histórico dele, sim, mas eu não consigo ver como o Gardner conseguiu sem o histórico. Bem, acho que é isso que faz o Gardner ser Gardner, e eu ser eu. (Os outros 45 alunos não tiveram acesso ao histórico) Sim, sim, sim. Quero dizer, não estou negando, de forma alguma. Quero dizer por mim mesmo, não tem sentido em dizer... É claro! Com o histórico deles eles teriam sido selecionados, especialmente o segundo cara, meu Deus! Está bem, o que mais?

(36 de 37) Eu voltaria atrás na minha opinião anterior, mas não muito. Eu simplesmente não entendo. Porque eu teria padrões diferentes? As minhas opiniões estavam mais ou menos parecidas? (Não.) Isso me deixa pensativo. É engraçado. A não ser que os outros trinta e seis fossem pessoas muito incomuns. Eu não consigo entender. Talvez seja a minha personalidade. (Faz alguma diferença?) Faz uma diferença, se eu presumir que eles estão certos. O que eu acho certo, eles não acham. É a minha atitude... mesmo assim, um cara desse tipo me azedaria, um tipo sabichão a ser evitado. É claro que você pode falar assim com outros colegas... mas, em uma entrevista?... Agora estou mais confuso do que estava no começo da entrevista. Acho que devo ir para casa, me olhar no espelho e conversar comigo mesmo. Você tem alguma idéia? (Por quê? Isso te incomoda?) Sim, incomoda

*sim!* Me faz pensar que as minhas habilidades em julgar as pessoas e os meus valores são muito diferentes do normal. Não é uma situação saudável. (Que diferença isso faz?) Se eu ajo da forma que ajo, me parece que estou simplesmente colocando minha cabeça na boca do leão. Eu tinha preconceitos, mas estão todos destruídos. Me faz ficar pensando sobre mim mesmo. Porque eu teria esses padrões diferentes? Tudo aponta para mim.

Dos vinte e cinco sujeitos que foram considerados, sete foram incapazes de resolver a incongruência de terem errado tanto sobre uma questão tão óbvia e foram incapazes de “enxergar” a alternativa. Seu sofrimento foi dramático e sem alento. Outros cinco resolveram a questão com a visão de que a faculdade tinha selecionado um bom homem; cinco outros, com a visão de que ela havia selecionado um tosco. Apesar de mudarem, eles não abandonaram suas opiniões anteriores. Para eles, a opinião de Gardner podia ser entendida “no geral”, mas isso era um entendimento sem convicção. Quando dirigiam sua atenção aos detalhes, o quadro geral evaporava. Esses sujeitos estavam dispostos a considerar e usar o quadro “geral”, mas sofriam sempre quando detalhes indigeríveis do mesmo retrato entravam em cena. A aceitação do quadro “geral” era acompanhada de uma enumeração das características, que não só eram o contrário daquelas que estavam na avaliação inicial do sujeito, mas eram intensificadas por adjetivos superlativos, de forma que, onde o candidato anteriormente havia sido desajeitado, ele agora era “extremamente” equilibrado; onde ele havia sido tosco, ele era “muito” natural; onde ele havia sido histérico, ele era “muito” calmo; além disso, eles viam as novas características através de uma nova apreciação da forma como o examinador médico havia ouvido. Eles *viram*, por exemplo, que o examinador *estava sorrindo*, quando o candidato

esqueceu de oferecer um cigarro a ele.

Três outros sujeitos estavam convencidos de que havia uma farsa, e agiram conforme essa crença durante toda a entrevista. Eles não demonstraram perturbação alguma. Dois deles demonstraram um sofrimento agudo assim que a entrevista parecia estar terminada e estavam sendo liberados sem se darem conta da farsa.

Outros três, ao sofrerem em silêncio, confundiram o experimentador. Sem darem indicação alguma ao experimentador, eles consideraram a entrevista como uma entrevista experimental, na qual eles deveriam resolver alguns problemas, e, portanto, pensaram que deveriam fazer isso tão bem quanto pudessem e que não deveriam mudar nada nas suas opiniões, pois somente assim estariam contribuindo para o estudo. Foi difícil para o experimentador entendê-los durante a entrevista, porque eles demonstraram grande ansiedade, ainda que suas respostas fossem tranquilas e não tocassem nas questões que estavam provocando a ansiedade.

Finalmente, três outros sujeitos contrastaram com o resto. Um deles insistiu que as avaliações de personalidade eram “semanticamente ambíguas” e, por haver informação insuficiente, não era possível ter uma “opinião de alta correlação”. Um segundo, o único da série, de acordo com o que relatou, achou o segundo retrato tão convincente quanto o original. Quando a farsa foi revelada, ele ficou perturbado com o fato de ter podido ficar tão convencido como ficou. O terceiro, em face de tudo, demonstrou apenas uma leve perturbação, que durou muito pouco. Entretanto, apenas ele, entre todos os sujeitos, já havia sido entrevistado para a faculdade de medicina e tinha contatos excelentes. Apesar de ter uma média menor que C, ele estimava que suas chances de ser selecionado eram boas e manifestou sua preferência por uma carreira diplomática em vez de uma carreira na medicina.

Como observação final: vinte e dois dos

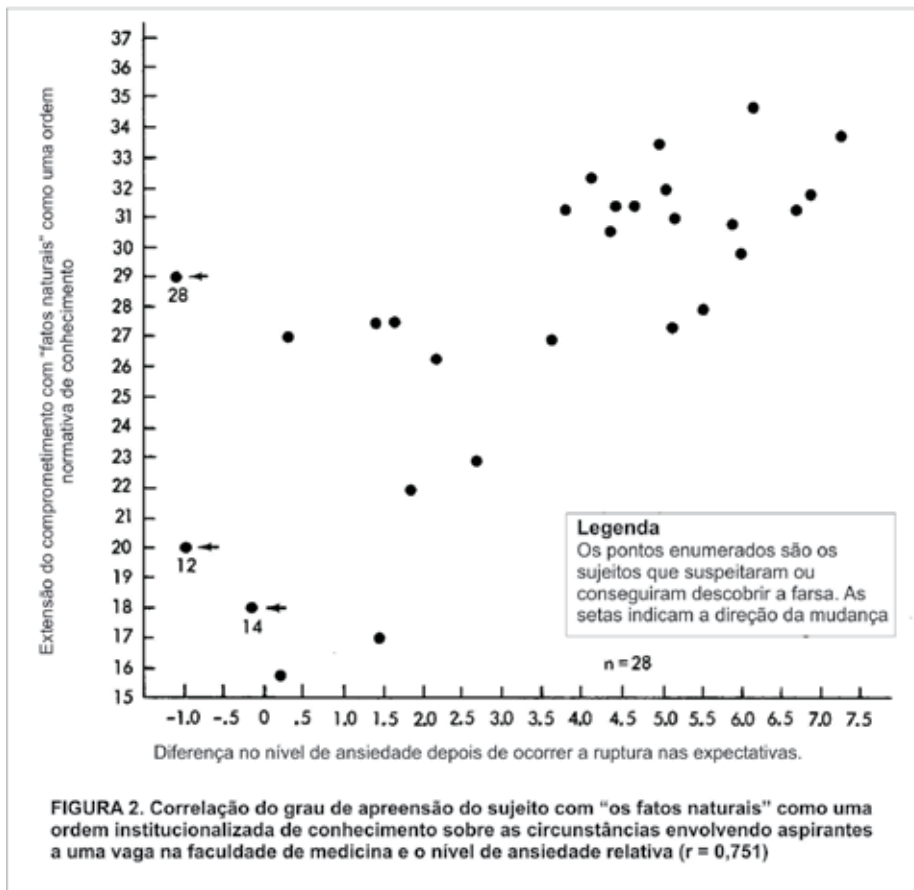
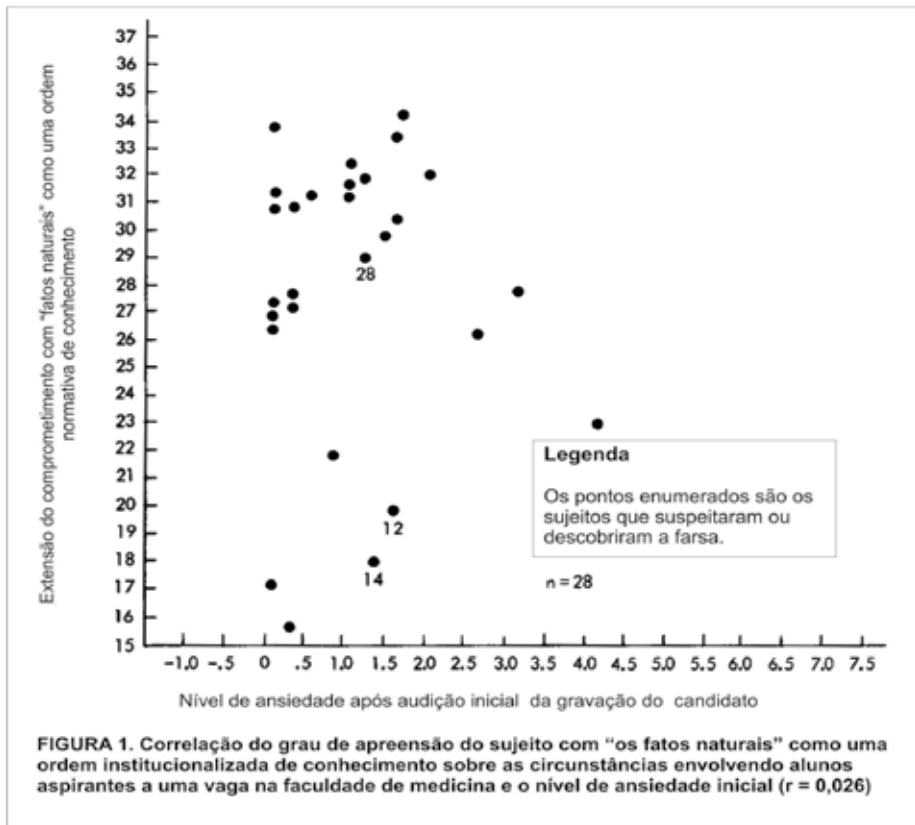
vinte e oito sujeitos manifestaram um grande alívio – dez deles com expressões explosivas – quando a farsa foi revelada. Foram unânimes em dizer que saber da farsa os permitiu retornarem aos seus pontos de vista anteriores. Sete dos sujeitos tiveram que ser convencidos de que tinha havido uma farsa. Quando a farsa foi revelada, eles perguntaram no que deveriam acreditar. O experimentador estava dizendo que houve uma farsa só para fazê-los se sentirem melhor? Não poupamos esforços e quaisquer verdades ou mentiras que precisaram ser contadas foram contadas de modo a estabelecer a verdade de que tinha havido uma farsa.

Porque a obediência motivada às expectativas que compõem as atitudes da vida do dia-a-dia consiste, do ponto de vista de uma pessoa, em sua apreensão e comprometimento com os “fatos naturais da vida”, as variações nas condições organizacionais da obediência motivada, para os diferentes membros de uma coletividade, consistiria nos diferentes graus de apreensão e adesão aos “fatos naturais da vida” desses membros. Portanto, a severidade dos efeitos descritos acima deveriam variar diretamente em função do comprometimento obrigatório dos membros com a apreensão dos fatos naturais da vida. Além disso, por causa do caráter *objetivo* da ordem moral comum apreendida dos fatos da vida coletiva, a severidade deveria variar de acordo com sua apreensão comprometida dos fatos naturais da vida, independentemente de “características de personalidade”. Por características de personalidade entendo todas as características pessoais que os investigadores usam metodologicamente para explicarem os cursos de ação de uma pessoa, ao relacionarem essas ações a variáveis motivacionais e de “vida interior”, que são mais ou menos sistematicamente concebidas, enquanto desconsideram os efeitos dos sistemas sociais e culturais. Os resultados da maioria dos métodos convencionais de avaliação de personalidade e dos procedimentos psiquiátricos satisfazem essa condição.

Portanto, o fenômeno a seguir deveria ser passível de ser descoberto. Imagine um procedimento, através do qual uma avaliação convincente pode ser feita do grau de apreensão comprometida que uma

pessoa tem dos “fatos naturais da vida”. Imagine um outro procedimento, através do qual o grau de confusão de uma pessoa possa ser avaliado, variando nos graus e misturas dos comportamentos descritos anteriormente. Para um conjunto de pessoas que não foram previamente selecionadas e independentemente de determinações de personalidade, a relação inicial entre o comprometimento em “apreensão dos fatos naturais” e “confusão” deveria ser aleatória. Submetidos à quebra de expectativas da vida cotidiana, dadas as condições para a produção otimizada de perturbação, as pessoas deveriam variar no grau de confusão apresentado, em quantidade que se coordena com a extensão original de sua apreensão dos “fatos naturais da vida”.

O tipo de fenômeno que eu proponho como sendo passível de ser descoberto é retratado nas Figuras 1 e 2, que estão baseadas no estudo dos vinte e oito alunos aspirantes a uma vaga na faculdade de medicina, relatado acima. Antes da introdução de material incongruente, a extensão do comprometimento dos alunos com uma ordem moral comum dos fatos da vida de um aluno aspirante a uma vaga na faculdade de medicina e a ansiedade dos alunos estavam correlacionadas – 0,026. Depois que o material incongruente foi introduzido e não conseguiram normalizá-lo, e antes da farsa ser revelada, a correlação era de 0,751. Devido aos procedimentos de avaliação serem extremamente primários, devido a erros sérios no desenho e no procedimento e devido ao argumento *post hoc, esses resultados não fazem mais do que ilustrar aquilo de que estou falando. Em nenhuma circunstância eles devem ser considerados achados científicos.*



**A relevância dos entendimentos comuns para o fato de modelos do homem na sociedade o retratarem como uma pessoa de juízo sedado.**

Muitos estudos têm documentado a descoberta de que a padronização social dos entendimentos comuns, independentemente daquilo que é padronizado, orienta as ações de uma pessoa em eventos cênicos e fornece às pessoas a base, a partir da qual desvios percebidos do curso normal das coisas são detectáveis, a restauração da ordem é feita e um esforço de ação é mobilizado.

Os teóricos em ciências sociais – especialmente os psiquiatras sociais, os psicólogos sociais, os antropólogos e os sociólogos – têm usado a padronização para conceber o caráter e as conseqüências das ações que obedecem às expectativas padronizadas. Em geral, eles têm reconhecido, mas também negligenciado, o fato de que é por meio destas mesmas ações que as pessoas descobrem, criam e sustentam essa padronização. Uma conseqüência importante e dominante dessa negligência é enganar-se sobre a natureza e as condições das ações estáveis. Isso ocorre, ao considerar-se o membro da sociedade como uma pessoa de juízo sedado do tipo cultural ou psicológico, ou ambos, com o resultado de que os resultados *não publicados* de qualquer estudo concluído sobre a relação entre ações e expectativas padronizadas irão, invariavelmente, conter uma quantidade suficiente de material incongruente para instar uma revisão essencial.

Por “sedado cultural” refiro-me ao homem-na-sociedade-do-sociólogo que produz as características estáveis da sociedade, ao agir de acordo com alternativas preestabelecidas e legítimas de ação, fornecidas pela cultura comum. O “psicologicamente sedado” é o homem-na-sociedade-do-psicólogo que produz as características estáveis da sociedade ao escolher entre cursos alternativos de ação, aos quais ele é compelido, com base na sua biografia psiquiátrica, história condicionante e nas variáveis do funcionamento mental. A característica comum no uso desses “modelos de homem” é o fato de os fluxos das racionalidades de senso comum<sup>13</sup> dos julgamentos que envolvem o uso pela pessoa do conhecimento de senso comum das estruturas sociais, ao longo da

“sucessão” temporal de situações de aqui e agora, serem tratados como epifenômenos.

O caráter enganoso do uso do juízo sedado, para retratar a relação entre expectativas padronizadas e cursos de ação, leva ao problema de a explicação adequada como a consideração que controla a decisão do investigador de levar em conta ou não as racionalidades de senso comum, quando decide as relações necessárias entre os cursos de ação, dadas considerações problemáticas, tais como a escolha de perspectiva, subjetividade e tempo interior. Uma solução preferível é retratar o resultado a que as ações dos membros chegaram, usando estruturas estáveis – ou seja, aquilo a que *chegaram* – como um ponto de partida teórico, a partir do qual se pode retratar o caráter necessário dos caminhos, pelos quais o resultado final é construído. Hierarquias de disposições de necessidades e cultura comum como regras impostas de ação são dispositivos privilegiados para se resolver o problema da inferência necessária, embora isso se dê ao custo de se transformar a pessoa-em-sociedade em uma pessoa de juízo sedado.

Como um investigador *faz* isso quando considera o membro de uma sociedade como uma pessoa de juízo sedado? Vários exemplos fornecerão algumas particularidades e conseqüências.

Eu atribuí aos alunos a tarefa de barganhar o preço de uma mercadoria de preço padronizado. A expectativa padronizada relevante é a “regra do preço único institucionalizado”, um elemento constituinte, de acordo com Parsons<sup>14</sup>, da instituição do contrato. Por causa do caráter “internalizado” da regra, esperava-se que os alunos-clientes ficassem com medo e vergonha da tarefa prevista, e com vergonha de tê-la realizado. Reciprocamente, esperava-se que fossem relatadas com freqüência ansiedade e raiva dos vendedores.

Foi passada a sessenta e oito alunos a tarefa de fazer uma única tentativa com qualquer item que não custasse mais que dois dólares, sendo que deveriam oferecer muito menos do que o preço cobrado. Para outros sessenta e sete alunos, foi passada a tarefa de realizar uma série de seis tentativas: três com itens que custavam dois dólares ou menos, e três

com itens que custavam cinquenta dólares ou mais.

*Resultados:* (a) Os vendedores podem ser dispensados, ou por terem agido de juízo sedado de forma diferente daquela que as teorias atuais de expectativas padronizadas fornecem, ou por não terem agido de juízo sedado o suficiente. Alguns demonstraram um pouco de ansiedade; ocasionalmente um deles ficou zangado. (b) Vinte por cento dos alunos incumbidos de fazer uma tentativa única se recusaram a tentar ou abortaram a tentativa, em comparação com três por cento daqueles que tinham a tarefa de realizar uma série de seis tentativas. (c) Quando o episódio da barganha foi analisado como se constituindo em uma série de passos – antecipar a tentativa, abordar o vendedor, fazer, de fato, a oferta, conduzir a interação em seguida, concluir o episódio, e o que se seguir a isso – constatou-se que os medos ocorreram com maior frequência, em ambos os grupos, quando os alunos anteciparam a tarefa e, quando abordaram o vendedor na primeira tentativa. Dentre aqueles que fizeram uma tentativa única, o número de pessoas que relataram desconforto diminuiu a cada passo sucessivo da seqüência. A maioria dos alunos que barganharam duas ou mais vezes relataram que, a partir do terceiro episódio, eles começaram a gostar da tarefa. (d) A maioria dos alunos relatou menos desconforto, quando barganharam mercadorias com preço alto do que quando pechincharam as com preço baixo. (e) Depois dos seis episódios, muitos alunos relataram que tinham aprendido, para sua “surpresa”, que era possível barganhar em situações que tinham preços padronizados e ter alguma chance real de se conseguir um resultado vantajoso e que planejavam fazer isso no futuro, especialmente com relação a mercadorias caras.

Tais resultados sugerem que se pode considerar o membro da sociedade como uma pessoa culturalmente sedada (a) ao retratar um membro da sociedade como alguém que age conforme as regras, quando, na verdade, se está falando sobre a ansiedade antecipatória que o impede de permitir que uma situação se desenvolva, muito menos que confronte uma situação,

na qual ele tem a alternativa de agir ou não conforme a regra; ou (b) ao negligenciar a importância prática e teórica de dominar os medos. (c) Se, ao surgirem sentimentos perturbadores, as pessoas evitam mexer com essas expectativas “padronizadas”, a padronização poderia consistir em uma padronização *atribuída*, que é apoiada pelo fato de as pessoas evitarem as próprias situações, nas quais poderiam aprender alguma coisa sobre elas.

Tanto o conhecimento leigo quanto o profissional sobre a natureza das ações governadas por regras e as conseqüências de quebrar as regras é baseado proeminentemente em procedimentos exatamente desse tipo. De fato, quanto mais importante a regra, maior é a probabilidade de o conhecimento ser baseado em tentativas evitadas. Qualquer um que examine as expectativas que compõem os contextos rotineiros das atividades comuns se defrontará certamente com resultados estranhos, porque eles raramente têm sido expostos pelos investigadores, mesmo a uma revisão tão básica como a que seria produzida por um ensaio mental de sua quebra.

Uma outra forma pela qual o membro da sociedade pode ser transformado em alguém de juízo sedado é usando qualquer uma das teorias disponíveis sobre as propriedades formais dos signos e símbolos usados para retratar a forma como as pessoas interpretam a organização do ambiente como significativa. A pessoa sedada pode ser considerada de diversas formas. Irei mencionar duas.

(a) Caracteristicamente, as investigações formais têm se preocupado, ou com elaborar teorias normativas de usos simbólicos, ou enquanto procuram teorias descritivas, aceitam teorias normativas. Em qualquer um dos dois casos, é necessário instruir o membro que irá interpretar a agir de acordo com as instruções dos investigadores de modo a garantir que o investigador poderá estudar



seus usos como exemplos dos usos que o investigador tem em mente. Mas, de acordo com Wittgenstein<sup>15</sup>, os usos reais de uma pessoa são usos racionais em *algum* “jogo de linguagem”. Qual é o jogo *deles*? Enquanto essa questão programática for negligenciada, é inevitável que os usos de uma pessoa sejam insuficientes. Quanto mais isso for assim, maior os interesses do sujeito nos usos ditados por considerações práticas, diferentes daquelas do investigador.

(b) As teorias disponíveis têm muitas coisas importantes a dizer sobre tais funções dos signos como marcas e indicações, mas não dizem nada sobre funções muito mais comuns, tais como glosas, sinédoques, representação documentada, eufemismo, ironia e duplo sentido. As referências ao conhecimento de senso comum das atividades ordinárias podem ser desconsideradas seguramente, quando se detectam e se analisam as marcas e as indicações como sendo funções do signo, *porque* os usuários também as desconsideram. Entretanto, a análise da ironia, do duplo sentido, das glosas, e coisas semelhantes, impõe exigências diferentes. Qualquer tentativa de se considerar a relação entre elocuições, significados, perspectivas e ordens necessariamente requer que se faça referência ao conhecimento de senso comum de atividades ordinárias.

Apesar de os investigadores terem negligenciado esses usos “complexos”, eles não negligenciaram completamente seu caráter problemático. Em vez disso, eles os glosavam, quando retrataram os usos do membro de uma comunidade lingüística como sendo ligados à cultura ou compelidos por uma necessidade, ou quando interpretaram os pares de aparências e objetos pretendidos – os pares de “signo” e “referente” – como sendo uma associação. Em cada caso, uma descrição procedimental de tais usos simbólicos é impedida, quando se negligencia o trabalho de julgamento do usuário.

Foi justamente esse trabalho de julgamento, junto com o seu apoio em e referência ao conhecimento de senso comum das estruturas sociais, que se impuseram a nós em todos os casos, em que incongruências foram induzidas. Exigiam nossa atenção, porque nossos sujeitos tinham precisamente que lidar com seus julgamentos e seu conhecimento de senso comum como sendo questões que as incongruências apresentavam a eles como problemas práticos. Cada procedimento que envolvia desvios de um curso antecipado de acontecimentos ordinários, independentemente do desvio ser grande ou pequeno, provocava nos sujeitos a idéia de que o experimentador estava fazendo uso de duplo sentido, de ironia, de interpretações, de eufemismo ou de mentiras. Isso ocorreu repetidamente nos desvios do jogo de comportamento cotidiano.

Os alunos foram instruídos a jogarem o jogo da velha e a formarem duplas de acordo com a idade, sexo e o grau de proximidade do aluno. Depois de desenharem a grade do jogo da velha, eles convidavam o jogador a fazer o primeiro movimento. Depois que o jogador o fazia, o experimentador apagava o símbolo que o jogador havia escrito, movia-o para outro quadrado e escrevia seu próprio símbolo, mas sem dar indicação alguma de que havia algo de incomum na jogada. Em metade das 247 tentativas, os alunos relataram que os sujeitos trataram a jogada como um gesto com um significado oculto, porém definido. Os sujeitos estavam convencidos de que o experimentador estava “atrás de algo” que ele não estava revelando, e o que quer que fosse que ele estava “realmente” fazendo, não tinha nada a ver com jogo da velha. Ele estava fazendo uma insinuação sexual; ele estava comentando sobre a estupidez do sujeito; ele estava fazendo um gesto de desprezo, ou de insolência. Efeitos idênticos ocorreram, quando os alunos barganharam mercadorias de preço padronizado, ou quando pediram que o outro explicasse suas observações de lugar comum, ou quando se juntaram sem serem convidados a uma conversa entre um grupo

de desconhecidos, ou quando usaram um olhar que, durante uma conversa ordinária, percorria “aleatoriamente” vários objetos no ambiente.

Uma outra forma ainda de se considerar a pessoa como uma pessoa culturalmente sedada é simplificar a textura comunicativa de seu ambiente comportamental. Por exemplo, quando se dá maior status a eventos físicos, podemos teorizar até à exaustão o modo em que a cena de uma pessoa, como uma textura de eventos potenciais e reais, contém, não só aparências e atribuições, mas também os estados internos de vida da pessoa. Nos deparamos com isso no procedimento a seguir:

Os alunos foram instruídos a escolherem alguém que não fosse um membro de sua família e, durante uma conversa ordinária e sem indicar que algo fora do normal estava acontecendo, mover seu rosto para perto do rosto do sujeito até seus narizes quase se tocarem. De acordo com a maioria dos 79 relatos, independentemente de o sujeito ser do mesmo sexo ou de sexo diferente, de serem conhecidos ou amigos íntimos (foi proibido fazerem a experiência com estranhos), e independentemente de diferenças de idade (exceto, quando crianças estavam envolvidas), o procedimento motivou em *ambos*, o experimentador e o sujeito, atribuições de intenção sexual da parte do outro, apesar da confirmação dessa intenção ser impedida pelo próprio caráter do procedimento. Tais atribuições ao outro foram acompanhadas pelos impulsos da própria pessoa, que também se tornaram parte da cena, como sendo, não só desejados, mas também desejan-tes. O convite não confirmado para escolher foi acompanhado pela hesitação conflituosa sobre reconhecer a escolha e sobre ter sido escolhido. As reações características foram: tentativas de evitação, perplexidade, embaraço agudo, dissimulação e, acima de tudo, incerteza sobre tudo isso e também incerteza sobre o sentimento de medo, de esperança e de

raiva. Esses efeitos foram mais acentuados entre pessoas do sexo masculino. Caracteristicamente, os experimentadores foram incapazes de fazer a situação voltar ao normal. Os sujeitos aceitavam apenas parcialmente a explicação do experimentador de que aquilo tinha sido feito como “uma experiência para um curso de Sociologia”. Frequentemente reclamavam: “Tudo bem, foi uma experiência, mas por que você tinha que *me* escolher?” Na maioria das vezes, tanto o sujeito quanto o experimentador queriam alguma outra solução do que aquela fornecida pela explicação, mas não tinham certeza sobre o que poderia ou deveria ser.

Por fim, o membro pode ser considerado como uma pessoa de juízo sedado, quando retrata ações rotineiras como sendo governadas por acordos pré-estabelecidos e quando faz a probabilidade de que o membro reconhecerá o desvio depender da existência de um acordo pré-estabelecido. Pode-se ver que isso é uma questão de mera preferência teórica, cujo uso nos faz teorizar até os fenômenos essenciais deixarem de existir, quando consideramos o fato lugar-comum de que as pessoas irão se ater ao cumprimento de acordos, cujos termos nunca foram realmente estipulados. Essa propriedade negligenciada dos entendimentos comuns tem conseqüências importantes, quando é explicitamente aplicada à descrição da natureza dos acordos.

Aparentemente, não importa o quanto os termos dos entendimentos comuns são específicos – um contrato pode ser considerado o protótipo – eles alcançam o status de um acordo para as pessoas apenas enquanto as condições estipuladas carregam consigo uma cláusula *et cetera*<sup>16</sup> não dita, mas entendida. Estipulações específicas são formuladas sob a regra de um acordo, quando são trazidas sob a jurisdição da cláusula *et cetera*. Isso não ocorre de uma vez por todas, mas está essencialmente ligado ao curso temporal interno e externo das atividades e, desse modo, ao desenvolvimento progressivo

das circunstâncias e de suas contingências. Portanto, é tanto enganoso quanto incorreto pensar em um acordo como um mecanismo atuarial através do qual as pessoas podem prever as atividades futuras umas das outras em qualquer situação Aqui e Agora. Mais precisamente, entendimentos comuns que foram formulados sob a regra de um acordo são usados pelas pessoas para normalizarem suas atividades reais, quaisquer que sejam. Não só pode surgir contingências, mas as pessoas sabem que, em qualquer situação Aqui e Agora, as contingências podem se materializar, ou ser inventadas, a qualquer hora em que se tem que decidir, se o que as partes realmente fizeram satisfaz o acordo ou não. A cláusula *et cetera* contribui para a certeza de que condições desconhecidas estão ao alcance de todos e, em termos da qual um acordo pode ser, em qualquer momento específico, retrospectivamente reinterpretado para se descobrir, à luz das circunstâncias práticas presentes, em que o acordo “realmente” consistia “em primeiro lugar” e “o tempo todo”. O fato de que o trabalho de tornar presentes as circunstâncias sob a regra de atividades previamente acordadas seja às vezes contestado não deveria mascarar o fato de que seu uso pervasivo e rotineiro é uma característica contínua e essencial das “ações acordadas com entendimentos comuns”.

Esse processo, a que chamarei um método para descobrir acordos por meio da provocação ou imposição de que a regra das circunstâncias práticas seja respeitada, é uma versão da ética prática. Apesar de ter recebido pouca, senão nenhuma, atenção dos cientistas sociais, trata-se da questão mais permanente e comum nas atividades cotidianas e nas teorias de senso comum sobre essas atividades. A perícia na manipulação deliberada de considerações *et cetera* para se conseguir vantagens específicas é um talento ocupacional dos advogados e é especificamente ensinado a alunos de direito. Não se deve supor, entretanto, que, por ser uma habilidade dos advogados, somente eles tenham habilidade nisso, ou que somente aqueles que a usam deliberadamente a usam. Esse método existe de forma generalizada no fenômeno

da sociedade como um sistema de atividades governadas por regras<sup>17</sup>. Ele está disponível como um dos mecanismos através dos quais os sucessos e a sorte inesperada, potenciais e reais, por um lado, e os desapontamentos, as frustrações e os fracassos, por outro lado, com os quais as pessoas inevitavelmente se deparam quando procuram seguir os acordos, podem ser gerenciados ao mesmo tempo em que mantêm a racionalidade percebida das atividades reais socialmente organizadas.

Um exemplo em pequena escala desse fenômeno, mas exato, foi produzido consistentemente por um procedimento, no qual o experimentador envolvia outros em uma conversa com um gravador por baixo do casaco. Durante a conversa, o experimentador abria a jaqueta de forma a revelar o gravador, dizendo: “Está vendo o que eu tenho?”. Uma pausa inicial quase invariavelmente era seguida pela pergunta “O que vai fazer com isso?”. Os sujeitos afirmavam que tinha havido uma quebra na expectativa de que a conversa era “entre nós”. O fato de ter sido revelado que a conversa tinha sido gravada motivou novas possibilidades que as partes, então, procuraram trazer sob a jurisdição de um acordo que nunca haviam especificamente mencionado e que, de fato, não existia anteriormente. A conversa, que agora sabiam ter sido gravada, adquiriu, através disso, importância nova e problemática, em função dos usos desconhecidos para os quais ela poderia ser usada. Após isso, considerou-se que havia uma privacidade acordada, como se ela estivesse operando o tempo todo.

### Observações finais

Venho argumentando que um interesse pela natureza, produção e reconhecimento de ações razoáveis, realísticas e analisáveis não é monopólio dos filósofos e dos sociólogos profissionais. Membros de uma sociedade estão necessariamente interessados nessas questões, tanto como características de suas atividades cotidianas, quanto como parte de sua produção socialmente gerenciada. O estudo do conhecimento de senso comum e das atividades de senso comum consiste em tratar como fenômenos problemáticos os métodos

reais, através dos quais os membros de uma sociedade, fazendo sociologia, leiga ou profissional, tornam passíveis de observação as estruturas sociais das atividades cotidianas. A “redescoberta” do senso comum é possível, talvez, porque sociólogos profissionais, como membros, têm se envolvido demais com o conhecimento de senso comum das estruturas sociais, tanto como tópico, quanto como recurso para suas investigações, e não única e exclusivamente como tópico programático da sociologia.

## Notas

1 Agradecemos à prof<sup>a</sup> Dra. Anne W. Rawls da Bentley University que gentilmente permitiu a publicação sem custos do presente capítulo e ao prof. Dr. Frédéric Vandenberghe do IESP/UERJ que mediu essa solicitação. Agradecemos especialmente à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF, representada à época pela prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Lobo Name, por ter-nos disponibilizado os recursos públicos necessários para viabilizar a tradução. Pela mesma razão cabe-nos agradecer ao prof. Jessé Souza que fomentou parte desse projeto com recursos do Pronex-FAPEMIG. Agradecemos também ao Prof. Dr. Berthold Öelze, da Universidade de Passau (Alemanha), como um dos incentivadores iniciais do projeto de traduzir para o Português textos essenciais em Etnometodologia por ocasião de sua visita à UFJF, como professor visitante do Departamento de Ciências Sociais, em 2008. Agradecemos por fim à prof<sup>a</sup>. Marcella Beraldo da comissão editorial da Teoria e Cultura, que acolheu com entusiasmo a idéia de publicar esta tradução.

2 O Trabalho de Alfred Schutz, citado na nota de rodapé 2 no capítulo 1, é uma exceção magnífica. Os leitores familiarizados com sua obra irão reconhecer o quanto este artigo deve a ele.

3 Alfred Schutz, *Der Sinnhafte Aufbau Der Sozialen Welt* (Wein: Verlag von Julius Springer, 1932); *Collected Papers I: The Problem of Social Reality*, ed. Maurice Natanson (The Hague: Martinus Nijhoff, 1962); *Collected Papers II: Studies in Social Theory*, ed. Arvid Broderson (The Hague: Martinus Nijhoff, 1964); *Collected Papers III: Studies in Phenomenological Philosophy*, ed. I. Schutz (The Hague: Martinus Nijhoff, 1966).

4 Complementarmente, o conhecimento sobre como as estruturas das atividades cotidianas são rotineiramente produzidas deveria permitir-nos descobrir como podemos proceder para efetivamente produzirmos as perturbações desejadas.

5 Karl Mannheim, em seu ensaio “On the Interpretation of ‘Weltanschauung’” (in *Essays on the Sociology of Knowledge*, trans. and ed. Paul Kecskemeti [New York: Oxford University Press, 1952], p. 33-83), referiu-se a esse

trabalho como o “método documentário de interpretação”. Suas características estão detalhadas no capítulo três.

6 Os conceitos de “confiança” e “desconfiança” são detalhados no meu artigo “A Conception of and Experiments with ‘Trust’ as a Condition of Stable Concerted Actions” in *Motivation and Social Interaction*, ed. O. J. Harvey (New York: The Ronald Press Company, 1963, p. 187-238). Nele, o termo “confiança” é usado para se referir ao fato de uma pessoa aceitar agir de acordo com as expectativas da atitude da vida cotidiana como uma moralidade. Agir de acordo com uma regra de dúvida direcionada à correspondência entre as aparências e os objetos de que as aparências são aparências é apenas uma das formas de definir “desconfiança”. Modificações em cada uma das outras expectativas que compõem a atitude da vida cotidiana, como também de seus vários subconjuntos, fornecem variações do tema central, que é tratar como questão problemática um mundo que se exige ser conhecido em comum e tomado com dado. Ver a nota de rodapé 2 para referências acerca da discussão de Schutz sobre a atitude da vida cotidiana.

7 Garfinkel se refere ao filósofo hispano-americano George Santayana (1863-1952). N dos T.

8 O termo é um empréstimo do artigo de Max Weber “The Social Psychology of the World Religions” (in *From Max Weber: Essays in Sociology*, trans. H. H. Gerth and C. Wright Mills (New York: Oxford University Press, 1946), p. 267-301. Eu adaptei seu significado.

9 Schutz, “Common Sense and Scientific Interpretations of Human Action,” in *Collected Papers I: The Problem of Social Reality*, p. 3-96; and “On Multiple Realities,” p. 207-259. Garfinkel, capítulo oito, e “Common Sense Knowledge of Social Structures,” *Transactions of the Fourth World Congress of Sociology*, 4 (Milan, 1959), 51-65.

10 Eu uso o termo “competência” significando a reivindicação de que o membro de uma coletividade tem o direito de exercer a capacidade de gerenciar suas atividades cotidianas sem interferência. Eu me refiro ao fato de os membros poderem tomar como dadas tais reivindicações, chamando o membro de uma coletividade de um membro de bona fide. Uma discussão extensa das relações entre “competência” e “conhecimento de senso comum das estruturas sociais” pode ser encontrada na tese de doutorado de Egon Bittner, “Popular Interests in Psychiatric Remedies: A Study in Social Control,” University of California, Los Angeles, 1961. Uso os termos “coletividade” e “membros de uma coletividade” estritamente de acordo com a forma usada por Talcott Parsons em *The Social System* (New York: The Free Press of Glencoe, Inc., 1951) e na introdução geral de *Theories of Society*, por Talcott Parsons, Edward Shils, Kaspar D. Naegle, e Jesse R. Pitts (New York: The Free Press of Glencoe, Inc., 1961).

11 Garfinkel refere-se ao psicólogo alemão Kurt Lewin (1890-1947), que trabalhou nos Estados Unidos a partir de 1933, mentor da teoria do campo psicológico (N. do T.).

12 Seu objetivo é promover os melhores alunos da universidade (N. do T.).

13 Racionalidades de senso comum são discutidas detalhadamente em Schutz, “Common Sense and Scientific Interpretation of Human Action”, in *Collected Papers I: The Problem of Social Reality*, p. 3-47 e “The Problem of Rationality in the Social World”, in *Collected Papers II: Studies in Social Theory*, p. 64-88, e no Capítulo Oito. As racionalidades de senso comum foram usadas por Egon Bittner, *op. cit.*, para recomendar que fosse feita uma crítica e uma reconstrução do interesse sociológico nas doenças mentais.

14 Talcott Parsons, “Economy, Polity, Money and Power”, manuscrito inédito, 1959.

15 Ludwig Wittgenstein, *Philosophical Investigations* (Oxford: Basil Blackwell, 1959).

16 A cláusula *et cetera*, suas propriedades e as conseqüências de seu uso têm prevalecido como tópicos de estudo e discussão entre os membros das Conferências de Etnometodologia que têm ocorrido na Universidade da Califórnia, Los Angeles, e na Universidade de Colorado desde fevereiro de 1962, com a ajuda de uma bolsa de pesquisa da Agência da Força Aérea dos EUA para Pesquisas Científicas. Os membros das conferências são Egon Bittner, Harold Garfinkel, Craig MacAndrew, Edward Rose, e Harvey Sacks. Discussões sobre o *et cetera* entre os participantes das conferências podem ser encontradas em Egon Bittner, “Radicalism: A Study of the Sociology of Knowledge”, *American Sociological Review*, 28 (December, 1963), p. 928-940; Harvey Sacks, “On Sociological Description”, *Berkeley Journal of Sociology*, 8 (1963), 1-16; Harold Garfinkel, “A Conception and Some Experiments With Trust . . .”; e os capítulos um e três neste volume. Outros estudos que tratam de procedimentos de codificação, métodos de interrogação, trabalho de advogados, tradução, construção de modelos, reconstrução histórica, “contabilidade social”, contagem e diagnóstico de personalidade podem ser encontrados em artigos não publicados de Bittner, Garfinkel, MacAndrew, Rose, e Sacks; em palestras transcritas dadas por Bittner, Garfinkel, e Sacks sobre “Explicações Razoáveis” na Décima Sexta Conferência Anual sobre Questões Mundiais, Universidade do Colorado, 11-12 de abril, 1963; e nas transcrições das Conferências.

17 Até onde isso é verdadeiro, o método estabelece a tarefa programática de reconstruir o problema da ordem social da forma como ele é atualmente formulado nas teorias sociológicas e de criticar as soluções atualmente preferidas. No cerne da reconstrução está o problema empírico de demonstrar as características definitivas do modo *et cetera* de pensar.

